



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS  
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

TATIANA SANTOS DA SILVA

SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS DISCENTES DA UFRB

CACHOEIRA-BAHIA  
2013

TATIANA SANTOS DA SILVA

**SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL:  
desafios no processo de formação dos discentes da UFRB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB, como pré-requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rosenária Ferraz de Souza.

CACHOEIRA-BAHIA  
2013

TATIANA SANTOS DA SILVA

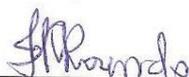
SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL:  
desafios no processo de formação dos discentes da UFRB.

Cachoeira – BA, aprovada em 23/10/2013.

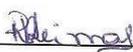
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Rosenária Ferraz de Souza  
(Orientadora – UFRB)



Prof. Ms. Francisco Henrique da Costa Rozendo  
(Membro Interno – UFRB)



Bel.ª Ramile Andrade de Lima  
(Membro Externo)

Tereza Oliveira, minha mãe, Josivaldo Machado, meu esposo, e Lourival Oliveira, Ivanildes Santos, Ivonilson Santos, Roberto Santos, Alexandra Santos, meus irmãos.

Espero sempre ter a presença de vocês em todos os momentos de minha vida, compartilhando as alegrias, dividindo os problemas, recrutando forças e, apreendendo que não há limites para os sonhos.

## AGRADECIMENTOS

É o momento de agradecer a todos que colaboram direta ou indiretamente para materialização dessa jornada de aprimoramento intelectual e pessoal.

Certamente, sem a presença de Deus, meu eterno mestre, fonte inesgotável de amor, misericórdia e sabedoria, este projeto de vida não se tornaria uma realidade, pois, o Senhor me forneceu força, discernimento e fé para permanecer firme na difícil caminhada;

A minha família base de sustentação para construção do meu ser social, a qual fornece segurança para buscar sonhos, logo, gostaria de ter palavras para expressar o profundo amor e gratidão que tenho por vocês;

Ao meu pai, Cosme, que em vida acreditou que este sonho era possível, saudades sem fim! E a minha mãe, Tereza, pelas palavras de conforto e seu amor incondicional;

Aos meus irmãos, Lourival, Ivanildes, Ivonilson, Roberto e Alexsandra, síntese de aconchego e amor;

Ao meu esposo, Josivaldo, pelo companheirismo, compreensão e cumplicidade na efetivação do meu processo formativo e nos planos de metas de vida;

A orientadora Rosenária Ferraz pelas palavras de incentivo e o respeito aos meus posicionamentos teóricos.

Aos entrevistados pela participação e seus contributos teóricos e práticos acerca de vivências nos campos de estágios.

Aos mestres da docência e a todos os colegas da turma 2009.2 que participaram da minha trajetória acadêmica, nesse caminho de ensinar e aprender, mas merecem destaque especial os amigos que passaram a fazer parte da minha história de vida: Andreita, Cláudia, Eliane, Érica, Gisele, Isabela, Ivan, Jacibarbara, Jéssica, Leila, Luzinete, as Micheles e Thayza.

Querem que vos ensine o modo de chegar à ciência verdadeira?  
Aquilo que se sabe, saber que se sabe; aquilo que não se sabe, saber  
que não se sabe; na verdade é este o saber.

Confúcio

## RESUMO

O presente trabalho é direcionado para discutir o processo de formação profissional em Serviço Social no âmbito da supervisão de estágio, que é um instrumento propositivo para a dimensão formativa e detêm o potencial para desenvolvimento da competência profissional qualificada dos/as assistentes sociais. Nesse sentido, como os sujeitos que constituem o estágio agem para superar os desafios impostos na efetivação da formação profissional compromissada com os princípios ético-políticos da referida categoria profissional. A supervisão de estágio é um elemento primordial à formação, tanto no campo acadêmico como no processo de operacionalizar a intervenção profissional, uma vez que fornece os elementos necessários para uma formação crítica, com reflexões, questionamentos, investigações e proposições acerca da realidade social, cuja finalidade é a de encontrar possibilidades viáveis para superar os limites, e intervir nas diversas expressões da questão social. Assim, a supervisão pode contribuir para a capacitação dos graduandos, bem como dos profissionais supervisores envolvidos nesse processo. A supervisão de estágio é um dos pilares da formação profissional, extremamente importante para ratificar a aprendizagem entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, bem como vivenciar a atuação profissional dos assistentes sociais. Portanto, problematiza-se como a supervisão de estágio tem fornecido contributos para o desenvolvimento da competência profissional alicerçada ao projeto ético-político, e em que medida, as condições objetivas e subjetivas têm dificultado a realização do estágio supervisionado e da supervisão direta de estágio na desafiante tarefa de promover a capacitação profissional dos assistentes sociais. Neste propósito adota-se a abordagem crítica dialética e a pesquisa qualitativa para o desenvolvimento do estudo da referida temática, evidenciando a necessidade de estabelecer procedimentos e estratégias que potencialize a disciplina de estágio supervisionado para que possa contribuir significativamente no processo formação profissional dos graduandos de Serviço Social.

**Palavras chaves:** Serviço Social. Formação profissional. Supervisão de estágio. Estágio supervisionado.

## **ABSTRACT**

The present work is aimed to discuss the process of training in social work under probation supervision, which is an instrument for the formative dimension propositional and hold the potential for development of the professional competence of qualified/social workers. Accordingly, as the subjects that constitute the stage act to overcome the challenges posed in the effectiveness of training committed to the ethical and political principles of that profession. The probation supervision is a key element to training, both in academic field and in the process of operationalizing professional intervention, as it provides the necessary elements for a critical formation, with reflections, inquiries, investigations and proposals about social reality, whose purpose is to find viable possibilities to overcome the limitations, and intervene in the various expressions of social issues. Thus, the supervision can contribute to the training of graduate students, as well as professional supervisors involved in this process. The probation supervision is one of the pillars of training, extremely important to ratify learning between the theoretical- methodological, ethical-political and technical-operative and experience the work of professional social workers. So problematizes as probation supervision has provided input to the development of professional competence underpinned the ethical-political project, and to what extent, the objective and subjective conditions have hampered the implementation of supervised and direct supervision of the stage-challenging task of promoting the professional training of social workers. This purpose we adopt the approach dialectical critique and qualitative research for the development of the study of that theme, highlighting the need to establish procedures and strategies that leverage the discipline of supervised so that it can contribute significantly in the training process.

**Keywords:** Social Work. Training. Probation supervision. Supervised.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	10
2 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E SEUS REBATIMENTOS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS .....	17
2.1 Mercantilização do ensino superior e seus impactos para o Serviço Social .....	17
2.2 O processo de formação profissional em Serviço Social na contemporaneidade .....	28
3 O PROCESSO DE SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIA PROFISSIONAL .....	40
3.1 O estágio supervisionado à luz do marco legal e das regulamentações das entidades do Serviço Social .....	40
3.2 A supervisão de estágio em Serviço Social na formação profissional dos assistentes sociais .....	46
4 SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA UFRB: FORTALECENDO COMPROMISSOS E SUPERANDO DESAFIO? .....	56
4.1 A implantação do curso de Serviço Social e a operacionalização do Estágio na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia .....	56
4.2 O estágio supervisionado e a supervisão de estágio com os desafios e avanços para materialização do projeto ético-político profissional do Serviço Social .....	63
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	77
REFERÊNCIAS .....	8

## INTRODUÇÃO

A elaboração deste trabalho é suscitada por meio das experiências pessoais de estágio supervisionado, momento privilegiado de estabelecer relação entre a teoria e o fazer profissional dos assistentes sociais. Logo, o sujeito da formação profissional depara-se com multiplicidades de sentimentos e emoções que culminam no desejo de conquistar uma formação sólida dentro dos ditames do projeto ético-político da profissão em questão. Assim, através da vivência e experimentações dos processos de orientação em supervisão de estágios surgiu a vontade de proceder à investigação sobre a referida temática.

A supervisão de estágio em Serviço Social está diretamente vinculada à formação profissional dos assistentes sociais e envolve a tríade: discente, o supervisor de campo e o supervisor acadêmico de estágio, os quais realizam encontros periódicos para subsidiar no processo de aproximação mais precisa da realidade da qual estão inseridas, a fim de, possibilitar uma análise mais aprofundada do real.

O estágio supervisionado é indispensável e obrigatório ao processo de formação dos graduandos em Serviço Social, tanto no segmento acadêmico quanto profissionalmente, pois o estágio possibilita desenvolver ou ratificar a capacidade crítica para planejar e intervir nas manifestações da questão social, a fim de contribuir na efetivação dos direitos violados. Contudo, a supervisão em Serviço Social defronta-se com multiplicidades de demandas, antagônicos interesses e com as contradições existentes no contexto social inerente ao movimento dialético da realidade; elementos sociais que podem culminar para uma ação reguladora ou emancipatória politicamente.

Desse modo, o processo de estágio pode contribuir para consolidar as bases teórico-práticas, visto possibilitar a articulação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa as quais permitem efetuar a conexão entre a teoria e a prática; possibilitar o reconhecimento dos processos de trabalho; a identificação dos instrumentais; a prática profissional articulada ao projeto profissional, entre outros. Assim, visa-se a formação profissional em Serviço Social com competência técnica e intelectual capaz de implementar e intervir na execução das políticas públicas e sociais que atendam as demandas da classe trabalhadora e, além disso, uma atuação profissional que viabilize a defesa intransigente dos direitos sociais.

Por outro lado, o estágio supervisionado pode ser reduzido à prestação de serviços, às práticas meramente administrativas e burocráticas, à execução de atividades de secretariado profissional no âmbito sócio-ocupacional, bem como ocasionar a precarização no processo de ensino e aprendizagem, e outras irregularidades que venham impactar no processo de formação dos estagiários e na consolidação do projeto ético-político.

O estudo sobre esta temática poderá contribuir para o Serviço Social pelo fato de existir poucas produções, estudos, pesquisas e debates referentes à supervisão de estágio. Ademais, será relevante para o processo de formação dos discentes ingressos no curso de graduação e os estagiários, bem como para o procedimento de avaliação das supervisões diretas de estágios.

Desta forma, a relevância social baseia-se em despertar e/ou aguçar o compromisso na supervisão de estágio em Serviço Social, haja vista que os discentes não se sentem seguros o suficiente para enfrentar este primeiro momento de aproximação com o contexto de estágio, o que leva a sentir-se ansiosos e cheios de expectativas com relação à prática profissional, logo, justifica-se a presente proposta por representar um elemento primordial para formação profissional no âmbito da dimensão investigativa, educativa, reflexiva, e em todo processo de ensino e aprendizagem que, conseqüentemente, refletirá no acesso ao exercício profissional e no mercado de trabalho.

Diante do exposto, pretende-se realizar um estudo acerca das vivências dos estagiários da comunidade acadêmica em Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) em seus diferentes campos de estágios, com a finalidade de compreender como os sujeitos que constituem o estágio supervisionado agem para a superação das problemáticas que rebatem na modalidade supervisão de estágio, bem como as contradições e desafios impostos para formação e o exercício profissional. Nesse sentido, de que forma a supervisão de estágio em Serviço Social contribui no processo de formação dos assistentes sociais? Ou ainda, os estágios supervisionados estão contribuindo nessas perspectivas? Deste modo, este estudo, juntamente com distintos trabalhos científicos destinados para esta área de pesquisa, permitirá aos profissionais, discentes em Serviço Social, e, demais leitores, um conhecimento sobre a temática em questão.

Partindo do pressuposto, que a realidade à primeira vista é superficial e engloba aspectos de fenômenos que aparentemente reconhecermos, todavia, é somente pelo ato de conhecer o cotidiano que se pode superá-lo. Assim, devem-se realizar aproximações sucessivas para captar o movimento dialético da realidade. Sendo assim, “(...) o conhecimento

caracteriza-se pela necessidade de explicar a ocorrência do fenômeno.”(RICHARDSON, 1999, p.21). Prontamente, a pesquisa é uma dimensão investigativa essencial para a construção de novos conhecimentos, bem como proporciona conhecer concretamente a realidade social.

Para efetivação deste trabalho emprega-se a abordagem crítica dialética<sup>1</sup>, que fornece uma fundamentação teórica capaz de superar a aparência das coisas em busca da essência do fenômeno do objeto pesquisado. Nesta direção, admite-se uma reflexão crítica sobre a temática supervisão de estágio em Serviço Social: desafios no processo de formação dos discentes da UFRB, com enfoque no estágio supervisionado obrigatório, no que se refere os determinantes que compõem os processos de produção e reprodução das relações sociais, e para obtenção de resultados qualificados na coleta de informações acerca do problema.

É válido ressaltar que a aquisição de conhecimentos prévios sobre a temática por parte do pesquisador é de fundamental relevância para a elaboração do seu trabalho, uma vez que, “A pesquisa teórica é aquela que monta e desvendar quadros teóricos de referência.” (Demo, 2008, p.23). Assim, para discorrer acerca do tema é preciso apropriar-se criticamente dos conhecimentos existentes sobre a problemática em questão. Logo, faz-se necessário destacar os procedimentos metodológicos, os quais forneceram bases de sustentação dos argumentos indispensáveis das análises dos dados obtidos através da pesquisa de campo, como: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, questionário semi-estruturado e entrevistas semi-estruturada.

Assim sendo, é criterioso elencar fontes que direcionaram o pesquisador ao objeto estudado, pois são através delas que foram levantadas hipóteses e indagações para a obtenção dos resultados. Logo, a pesquisa bibliográfica<sup>2</sup> permite contribuições de vários autores e um aporte de referências teórico-metodológicas que auxiliaram no respaldo da fundamentação científica, técnica e jurídico formal. Nesse sentido, foram utilizadas as seguintes fontes

---

<sup>1</sup> Para Marx, como para todos os pensadores dialéticos, a distinção entre aparência e essencial é primordial; com efeito, “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação [a aparência] e a essência das coisas coincidissem imediatamente.” (MARX, 1985, III, 2,p.271 apud Neto, 2009, p.674).

<sup>2</sup> GIL considera que, (...) Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo. (2008, p. 69).

bibliográficas: livros, artigos, obras de referência, internet, teses e dissertações, periódicos, relatórios e anais de encontros científicos das organizações representativas do Serviço social.

A Pesquisa documental<sup>3</sup> possibilita uma investigação social através de documentos<sup>4</sup>, os quais podem fornecer dados quantitativos e qualitativos sobre a realidade pesquisada. Dessa forma, otimiza tempo, e, além disso, pode propiciar novas análises de acordo com os objetivos mensurados à pesquisa. Nesse segmento, as naturezas das fontes são: documentos oficiais, reportagens de jornal, registros institucionais escritos e papéis oficiais sobre os campos de estágios.

O recorte temporal acerca do problema a ser investigado é compreendido entre o período de 1996 ao tempo presente. O primeiro momento referido é devido à eclosão do debate sobre a formação profissional atrelada aos subsídios das Diretrizes Curriculares, bem como as expressivas mudanças no ensino superior que impactaram no Serviço Social. Já o momento atual é para compreendermos a configuração, perspectivas e desafios do estágio supervisionado e da supervisão de estágio na dimensão formativa do público-alvo.

A população a ser estudada, neste caso, será os graduandos em Serviço social das turmas: 2009.2, correspondente ao 8º semestre; 2010.1, discentes do 7º semestre; 2010.2, estudantes, 6º semestre. Logo, os sujeitos pesquisados em processo de formação profissional serão aqueles que vivenciaram a supervisão de estágio e os que estão vivenciando. Além destes, os profissionais acadêmicos e os de campos, envolvidos na supervisão de estágios em Serviço Social.

Posto isto, foi realizado um levantamento junto ao Colegiado de Serviço Social dos campos de estágios e os referentes sujeitos alocados como estagiários, bem como os supervisores que atuam no processo da supervisão direta. Assim, sabendo da complexidade que envolve a supervisão de estágio e a operacionalização dos estágios supervisionados, é impossível incluir na pesquisa todos os indivíduos que formam este universo. Neste sentido é necessária uma seleção dos campos de estágios e, conseqüentemente, dos assistentes sociais e de seus supervisionados, através dos seguintes critérios: área sócio-ocupacional, localização geográfica, acessibilidade, disponibilidade dos sujeitos da pesquisa, ou seja,

---

<sup>3</sup> Segundo GIL, (...) a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (2008, p. 70)

<sup>4</sup> Para fins de pesquisa científica são considerados documentos não apenas os escritos utilizados para esclarecer determinada coisa, mas qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno. (GIL, 2008, p. 166).

elementos que refletiram na viabilidade do estudo. Portanto, diante desses critérios realizaram as escolhas dos diferentes campos de estágio e, respectivamente, dos sujeitos que compõem o cenário da supervisão de estágio em Serviço Social.

Nesta direção, a caracterização do estudo é de abordagem qualitativa. O pesquisador (a) procura conhecer e interpretar criticamente os processos que envolvem a realidade, buscando compreender o universo de significados e não apenas os resultados, como também, apreender anseios, sentimentos, interesses, expectativas, temores, as atitudes, questionamentos, visão de mundo, uma gama de expressão dos pensamentos e argumentos dos sujeitos inclusos na problemática. Logo,

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1994, p.21-22).

Portanto, o fato de usar adequadamente a pesquisa qualitativa com a finalidade de compreender o objeto de estudo, não invalida o usufruto da pesquisa quantitativa, a qual , analisa, interpreta e quantifica os dados obtidos expressando-os através de símbolos numéricos. Nesse sentido, “os números são usados para espionar a natureza e revelar seus segredos.” (CASTRO, 2006, p.107). Assim, servem para decifrar as informações contidas nos números. Portanto, as mencionadas pesquisas podem compartilhar o mesmo espaço. Assim sendo, utilizaram-se duas técnicas de coleta de dados para análise deste estudo: a aplicação de questionários e a entrevista semi-estruturada. E ambos os instrumentos passaram por uma etapa de pré-teste, num universo restringido para a constatação de sua eficácia.

A aplicação de questionário<sup>5</sup> via e-mail para os membros da tríade pesquisada foi uma alternativa ante as condições objetivas e subjetivas, dada a conjuntura sócio-histórica experienciada pela pesquisadora. Essa técnica utilizada permitiu que as pessoas respondessem ao referido instrumental quando julgasse apropriado, assim como contribuiu na redução de gastos financeiros e na economia de tempo.

---

<sup>5</sup> Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.( GIL, 2008, p 140).

Na etapa seguinte foram realizadas entrevistas<sup>6</sup>, que segundo Gil, é uma das técnicas de coleta de informações que permite o aprofundamento de diagnóstico, orientação e detalhamento das questões propostas sobre vários âmbitos da investigação social na tentativa de compreender, explicar, e constituir novos saberes acerca do objeto estudado. Por isso que,

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreocupada e neutra, uma vez que se insere como meio de coletas de fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva. (MINAYO, 1994, p.57).

Destarte, as entrevistas com os estagiários foram individuais, aonde discorreram sobre as vivências de supervisão e o processo de estágio, e como o objeto de pesquisa pode fornecer contributos necessários para a sua formação de assistente social. Relatam as dificuldades, limites e desafios durante essa jornada do saber fazer profissional. Os supervisores foram entrevistados também de forma individualizada e avaliaram como a supervisão de estágio contribuiu para o processo de formação dos supervisionados e, conseqüentemente, para o seu crescimento profissional, bem como as problemáticas enfrentadas para a concretização deste intento.

Existem diferentes formas de técnicas de pesquisas que podem cooperar para a investigação de uma temática, todavia, os elementos básicos relacionados foram instrumentos concisos para promover o estudo das questões norteadoras do problema e, conseqüentemente, dos objetivos propostos. Em suma, todas as fontes elencadas fomentaram o processo investigativo e a materialização da temática, a supervisão de estágio em Serviço Social: desafios no processo de formação dos discentes da UFRB.

O referido estudo “A supervisão de estágio em Serviço Social: desafios no processo de formação dos discentes da UFRB” estar estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, “O ensino superior no Brasil e seus reatamentos no processo de formação

---

<sup>6</sup> Gil, entende a entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. (2008, p. 128).

dos/as assistentes sociais”, discute-se os impactos da reestruturação neoliberal na política educacional do ensino superior, evidenciando as novas configurações nas instituições de ensino superior e os desafios para o processo de formação dos assistentes sociais. Nesta direção, as questões educacionais são submetidas à lógica mercadológica que transforma a educação em mercadoria.

O segundo capítulo, “O processo de supervisão de estágio em Serviço Social no desenvolvimento de competência profissional”, realiza-se uma abordagem sobre a relevância do estágio supervisionado e da supervisão de estágios como espaço lócus para a dimensão formativa competente dos assistentes sociais, visto cooperar no processo crítico de descortinar a realidade social e na aproximação do saber-fazer do Serviço Social.

Enfim, no terceiro Capítulo categorizado, “Supervisão de estágio em serviço social: fortalecendo compromissos e superando desafios?”, contextualiza-se o campo de estudo da pesquisa de campo, buscando compreender de que forma a supervisão de estágio atrelada ao estágio supervisionado tem fornecido contributos para superar as dificuldades, delinear os avanços e consolidar o desenvolvimento das competências profissionais alicerçadas no projeto ético-político.

## **2 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E SEUS REBATIMENTOS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS**

### **2.1 Mercantilização do ensino superior e seus impactos para o Serviço Social**

O papel da universidade é realizar a produção de conhecimento. Contudo, ela também promove a formação política, científica e profissional dos indivíduos numa perspectiva crítica e democrática. Nessa direção, o ensino superior busca desenvolver competências técnicas para diversas áreas afins, ou seja, uma formação acadêmico-profissional abrangendo a iniciação científica, posicionamento investigativo, assim como deve fomentar uma visão crítica da realidade, a fim de contribuir na transformação da realidade. Pois,

A universidade que se defende é aquela que cultiva razão crítica e o compromisso com valores universais, coerente com sua função pública, não limitada e submetida a interesses particulares de determinadas classes ou frações de classes; uma instituição a serviço da coletividade, que incorpore os dilemas regionais e nacionais como matéria da vida acadêmica, participando da construção de respostas aos mesmos no âmbito de suas atribuições específicas. (IAMAMOTO, 2008, p. 432).

Assim, para cumprir o seu papel a universidade fundamenta-se na tríplice de ensino, pesquisa e extensão. É válido ressaltar que cada uma delas apresenta diferenciações, todavia estão dialeticamente associadas e se complementam tornando-se fundamental para a elaboração do conhecimento e do processo de ensino aprendizagem. Estes são os subsídios básicos para a educação superior voltada à formação integral e qualificada.

A premissa do ensino se configura a partir da dinâmica de ensinar e aprender, e dessa relação à elaboração do conhecimento. Logo, os discentes devem ser estimulados a produzir conhecimentos, refletir criticamente sobre suas ações e compreender a realidade que o cerca. Desse modo, deve-se adotar uma postura investigativa, buscando questionar, analisar e criar novos conhecimentos mediante as experiências vivenciadas. Sendo assim, “o conhecimento deve ser adquirido não mais através de seus produtos, mas de seus processos.” (SEVERINO,

2009, p.25). Isto significa que é extremamente relevante a produção do conhecimento para o processo da dimensão formativa.

Diante do exposto, a pesquisa é um mecanismo preponderante no procedimento de ensino e aprendizagem, na construção de novos saberes e na identificação das problemáticas sociais. Assim sendo, a pesquisa se constitui como organismo básico para a promoção da aprendizagem, haja vista que contribui na formação continuada dos professores pesquisadores, na atitude investigativa dos discentes e, conseqüentemente, os resultados das pesquisas subsidiarão as atividades de extensão. A pesquisa no ensino superior é um instrumento importantíssimo, pois proporciona a busca incessante pela produção do conhecimento. Parece lícito afirmar, “só se aprende e só se ensina pela efetiva prática da pesquisa.” (Ibidem – ibid, p.26).

Segundo Severino (2009), a extensão é o elo de aproximação entre a universidade e a sociedade, pois promove uma inserção social dos acadêmicos em uma determinada realidade social para vivenciá-la no contexto político, cultura, econômico e social, e, a partir daí, fomenta o desenvolvimento de projetos que atendam as demandas deste grupo. Logo, a extensão fornece conhecimentos técnico-científicos, como também coopera para a formação política dos sujeitos. Ou seja, a extensão articula o conhecimento do ensino e da pesquisa no desenvolvimento de ações que visam beneficiar a comunidade, e, concomitante, os docentes e discentes avançam na aquisição do saber.

O processo extensionista faculta troca de saberes entre os atores sociais envolvidos, como também a efetivação da dimensão socioeducativa, que não deve ocorrer de maneira pontual, mas atrelada às diferentes ações das atribuições dos profissionais. Sendo assim, “A concepção que se defende pauta-se na universidade compromissada com a sociedade e com as transformações necessárias para o fortalecimento da democracia das massas, e não na prestação de serviços, com viés privatista.” ( BRAVO, 2009, p.407). Entretanto, a educação superior brasileira não vem desempenhando suas atribuições inerentes, devido ao processo de implantação de um novo modelo político e econômico nacional vinculado à ordem mundial do capital, o qual submete as questões educacionais à lógica de mercado.

Assim, o ensino superior constitui-se como um veio extremamente lucrativo para o capital e, ao mesmo tempo, destaca-se pelo seu papel na disseminação ideológica da sociabilidade colaboracionista, através da formação de intelectuais colaboradores e empreendedores, sob a ótica do capital. (PEREIRA, 2009, p. 271).

O reordenamento da acumulação capitalista atrelada ao neoliberalismo<sup>7</sup> trouxe transformações significativas para processo produtivo, com profundas mudanças no mundo do trabalho, tais como: redução de postos de trabalhos, desemprego estrutural, precarização nas relações de trabalho, subcontratados, aumento dos níveis de exploração da força de trabalho, desregulamentação dos direitos trabalhistas, ou seja, houve um verdadeiro desmonte dos direitos sociais.

Sendo assim, o ajuste estrutural consistia em adotar medidas que aumentassem a competitividade da economia através da abertura comercial, bem como estabelecer as diretrizes de terceirização, publicização e privatização. Esta última categoria pode ser considerada como uma das medidas que mais trouxe impactos para a sociedade no que se refere aos seguintes aspectos: a (des)organização dos trabalhadores tanto no âmbito da subjetividade quanto em sua materialidade de classe trabalhadora; precarização nas condições de trabalho; terceirização dos serviços básicos; reformas educacionais<sup>8</sup> e, principalmente, por reduzir a atuação do Estado na esfera produtiva e social, estes foram os principais resultantes desse processo da crise do capitalismo mundial.

Em síntese, esse novo modelo de acumulação implica que: os direitos sociais perdem identidade e a concepção de cidadania se restringe; aprofunda-se a separação público-privado e a reprodução é inteiramente devolvida para este último âmbito; a legislação trabalhista evolui para uma maior mercantilização (e, portanto, desproteção) da força de trabalho; a legitimação (do Estado) se reduz à ampliação do assistencialismo. A expressão institucional desse modelo [neoliberal] e do caráter das relações sociais – é também um *novo Estado*, um cenário diferente que expressa – ao mesmo tempo que define – novas condições da luta social. (SOARES, 2002, p. 13, grifo original).

Portanto, a reestruturação neoliberal provocou mudanças estruturais globais no campo econômico, político-institucional e nas relações sociais. Todavia, a questão central desse modelo consiste em redefinir o papel do Estado, ou seja, diminuir a presença da iniciativa pública no segmento produtivo e no âmbito social. Em outras palavras, o Estado deixa de ser

---

<sup>7</sup> “O neoliberalismo é uma ideologia capitalista que defende o ajuste dos Estados Nacionais às exigências do capital transnacionalizados, portanto, contrária aos pactos que subordinam o capital a qualquer forma de soberania popular ou instituições de interesse público.” (ABREU, 1999, p. 41).

<sup>8</sup> No contexto de reação burguesa à crise no padrão de acumulação capitalista, o ensino superior torna-se mais um espaço estratégico de abertura de novos mercados para o processo de valorização do capital, principalmente nos países periféricos. (PEREIRA, 2007, p.92).

responsável direto nas esferas supracitadas, e transfere para a iniciativa privada os serviços que o mercado pode e deseja abarcar, bem como redireciona responsabilidades inerentes ao Estado para sociedade, a qual atua na área social por meio dos preceitos da solidariedade, auto-ajuda, ajuda mútua, filantropia, mutirão, enfim do amor ao próximo. Nesta direção, restringe-se o papel do Estado, com o intuito de racionalizar recursos públicos e, posteriormente, alocar na esfera financeira, sendo um Estado que age minimamente para as questões sociais, e, em contrapartida, assegura os lucros excessivos para o capital. Assim,

O Estado é definido como ineficiente, burocrático, sendo urgente reformá-lo, o que implica colocá-lo como mero financiador e gerenciador de políticas, desresponsabilizando-o de uma série de funções e “filtrando” a possibilidade de controle social por parte da sociedade civil. (PEREIRA, 2009, p. 271).

Pereira (2009) considera que a crise mundial do capitalismo produziu uma retração nas políticas de saúde, previdência e educação, bem como na efetivação dos direitos sociais. E, em contrapartida, ocorreu a liberalização das práticas mercadológicas destas demandas sociais. Sendo assim, os serviços essenciais transformam-se em mercadorias gerando demasiados lucros para os empresários desses segmentos. O acesso aos serviços pela iniciativa pública fica limitado, e os sujeitos sociais detentores de renda realizam o consumo destes serviços, referendado o setor privado mediante o pagamento, ostentando assim, a lógica do consumo.

É relevante apontar que independente do contexto histórico e político o sistema de intervenção do Estado brasileiro sempre promoveu ações em prol da expansão do capital, da acumulação de riquezas à sustentabilidade do capitalismo, ou seja, sua preocupação é atender as requisições para o desenvolvimento do sistema capitalista em detrimento da expansão da esfera pública, assim como da democracia, visto que não se estimula a participação popular nos processos decisórios das esferas públicas, não desenvolve espaços para instituições democráticas, e a institucionalização ao acesso de bens e serviços não ocorre na perspectiva de sujeitos de direitos, mas sim, pela política do favor e do clientelismo. Sobre esta acepção, Raichelis (2008,) fundamentada em Oliveira (1988) expressa que, “Historicamente, o Estado brasileiro usurpou a representação das classes no seu interior, para inscrever no centro dos aparatos estatais os interesses da grande burguesia nacional e internacional”( p.67).

Cabe salientar que, não se pretende explicar as causalidades da crise financeira mundial, mas sim, analisar e compreender seus impactos no processo de expansão da educação superior.

De acordo com Chaves (2010), uma nova política de expansão do ensino superior brasileiro ocorreu a partir da década de noventa, inicialmente sob a égide do governo de Fernando Henrique Cardoso, que adotou medidas de retração para o setor público, como a redução dos investimentos nas instituições de ensino superior (IES) pública, dando prioridade aos gastos da união com ensino fundamental e, paralelamente, forneceu as IES privadas a liberalização das atividades educacionais apenas voltadas para modalidade de ensino. Dessa forma, exime a pesquisa e a extensão do processo formativo, promove a emissão de bolsas para acessar o terceiro grau no setor privado, como também a isenção fiscal. Fato que desencadeou,

Segundo dados da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), no período de 1995-2001, as 54 instituições Federais de ensino superior públicas perderam 24% dos recursos para custeio( pessoal, luz, telefone e materiais diversos) e 77% de recursos para investimentos em salas de aulas, laboratórios, computadores e acervos bibliográficos, apesar do número de alunos ter aumentado. Ao mesmo tempo, a rápida expansão do ensino médio, aumentando a pressão para o acesso ao ensino superior, deu origem a um processo de crescimento desordenado da rede privada de ensino superior ( PORTAL DO MEC. Acessado em 30 de Março de 2007 apud IAMAMOTO, 2008, p. 437).

Concomitante, o governo de Luís Inácio Lula da Silva<sup>9</sup>, por sua vez, manteve a estrutura neoliberal do Estado e continuou o processo de mercantilização do ensino superior mediante a regulamentação da modalidade de Educação à distância, tanto em cursos técnicos como a nível superior, sem estabelecer qualquer parâmetro de qualidade. Além disso, forneceu autonomia aos centros universitários, afrouxou as regras de organização do ensino superior e das avaliações dos cursos. Enfim, todos os fatores mencionados cooperaram para o

---

<sup>9</sup> O discurso governamental baliza-se pela defesa da expansão da educação superior, isto é, a democratização do acesso ao nível superior de ensino, utilizando-se, para tanto, dos seguintes meios: a) participação do setor privado presencial, através de ampla isenção fiscal, possibilitada pelo Programa Universidade para Todos (ProUni); b) participação dos setores público e privado de ensino a distância (EaD); c) ampla reestruturação do sistema público de ensino, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); d) reforço, na universidade pública, da lógica da mercantilização, através das parcerias público- privadas.( PEREIRA, 2009, p.272).

desenvolvimento da iniciativa privada no campo educacional, de tal modo que a educação superior deixa de ser um direito de todos e converte-se em mercadoria. Logo,

O Estado deveria tomar a educação não pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político; a educação deveria ser considerada como um direito, e não um serviço; a utilização do fundo público deveria assegurar os direitos sociais; a universidade deveria ter compromisso com democratização do saber, dispondo de autonomia institucional, intelectual e financeira. (CHAUÍ, 2003, p.11-12).

Contudo, instaura-se a política educacional sob a lógica mercadológica que prima pela expansão das instituições privadas, em prejuízo das IES públicas. Pode-se, vislumbrar a mencionada assertiva através do detalhamento a seguir. De acordo com as informações do Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2011, o Brasil dispõe de 2.365(100%) de Instituições de Educação Superior. Desse conjugado, 2.004 (84,7%) são faculdades, 190 (8,0%) são universidades, 131 (5,6%) são centros universitários e 40 (1,7%) concebem a somatória de institutos federais de educação, ciência e tecnologia (IFs) e de centros federais de educação tecnológica (Cefets). Já no tocante à categoria administrativa das IES, 284 (12,0%) são públicas e 2.081(88%) são privadas. Deste modo, os dados apresentados revelam a predominância do ensino superior nas redes privadas e nas instâncias das faculdades que, majoritariamente, preconiza o processo de formação acadêmica desvinculado do tríplice ensino, pesquisa e extensão, afetando sobremaneira a dimensão formativa.

Conforme os dados do MEC/INEP de 2011, os cursos de graduação pela categoria administrativa representam o absoluto de 30.420 cursos de graduação, ente 9.833 ofertados nas instituições públicas e, 20.587 nas IES privadas. Em que se pese a modalidade de ensino, concebem 29.376 os cursos de graduação na presencial, sendo 9.368 na iniciativa pública e 20.008 na esfera privada. No que tange a categoria à distância, a soma geral 1.044 cursos de graduação, destes 465 pertencem às organizações de ensino públicas, e 579 vinculados ao setor privado<sup>10</sup>. Assim, as informações apontam que os cursos de graduação das IES

---

<sup>10</sup> Observa-se um forte movimento de compra e venda de IES no setor privado. Além das fusões, que têm formado gigantes da educação, as “empresas de ensino” agora abrem o capital na bolsa de valores, com promessa de expansão ainda mais intensa e incontrolável. São quatro as empresas educacionais que mais se destacam nesse mercado de capitais: a Anhanguera Educacional S.A., com sede em São Paulo; a Estácio Participações, controladora da Universidade Estácio de Sá, do Rio de Janeiro; a Kroton Educacional, da Rede Pitágoras, com sede em Minas Gerais; e a empresa SEB S.A., também conhecida como “Sistema COC de Educação e Comunicação”, com sede em São Paulo. É importante ressaltar que grande parte do capital dessas

presencial e à distância apresentam uma significativa presença na categoria privada, ratificando o processo de mercantilização do ensino superior brasileiro.

É notório que, a política de expansão do ensino superior do Brasil tem favorecido a lógica do mercado de serviços educacionais, os quais apresentam expressiva competitividade entre os empresários deste ramo, e isto, ocasionou uma série de dificuldades de ordem prática, pois o ramo mercantil busca de todas as formas cooptar estudantes para o segmento das IES privado, ancorado principalmente no viés gerencial. Assim, os vestibulares são substituídos por redações, ocorrem decréscimos nos valores das mensalidades, redução nos salários dos professores e, o mínimo de atenção para a titulação da docência, e demais profissionais que ocuparão determinados cargos. Portanto, não desenvolvem preocupações básicas com a qualidade de ensino, plano de carreira do corpo docente, desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, iniciações científicas. Nessa configuração, os aspectos pedagógicos educacionais ficam em segundo plano.

A reforma da educação superior brasileira, ampara-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDB- Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996), para consolidar a atual reforma universitária, ficando expresso que o Estado possui anuência no controle e na gestão das políticas educacionais, o que significa atuar tão somente no processo de credenciamento, reconhecimento de cursos e nas avaliações das IES. Contudo, o ensino educacional está aberto para a iniciativa livre<sup>11</sup>, ou seja, existe abertura comercial para o setor empresarial e as instituições lucrativas. Cabe salientar que, esta legislação foi (re)estruturada dentre dos ditames do projeto neoliberal assegurando os interesses multilaterais internacionais (Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Prontamente, a LDB é um instrumento jurídico formal que corrobora para o alargamento da educação privada. Assim,

---

empresas é oriunda de grupos estrangeiros, em especial, de bancos de investimentos norte-americanos, que encontraram, nesse setor, um mercado muito favorável ao aumento de seus lucros. ( CHAVES, 2010, p.491).

<sup>11</sup> Segundo a LDB, em seu art. 7º. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I – cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino; II – autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público; III – capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal. (BRASIL, 1996).

Embora a LDB aprovada contemplasse algumas inovações importantes e assegurasse certas conquistas no campo educacional<sup>12</sup>, acabou por favorecer a adequação da legislação educacional ao processo de flexibilização da esfera de produção às novas feições assumidas pelo Estado. A arquitetura da política educacional posterior à aprovação LDB se estruturou a partir de uma série de legislações complementares aprovadas, majoritariamente, na forma de decretos e portarias. Cabe destacar que a política da educação, em que pese a particularidade desta área, não se distanciou do projeto de contrarreforma do Estado que se forja no período e que forneceu características bem acentuadas à organização das políticas públicas. (ALMEIDA, 2011, p.16).

Na LDB fica nítido mais um movimento em prol da expansão do setor privado, principalmente, no requisito da fragmentação e multiplicidade institucional, a qual estabelece os tipos de instituições educacionais como públicas e privadas. Esta última se subdivide nas subsequentes categorias<sup>13</sup>: particulares; comunitárias; confessionais e filantrópicas. Exceto a primeira categoria, as demais são tituladas sem fins lucrativos e se autodenominam públicas não estatais e, portanto, disputam verbas do orçamento público para manter-se. Neste movimento, as reformas educativas impulsionaram o crescimento do ensino superior privado em detrimento às instituições públicas estatais. Posto que,

A reforma do Estado tem um pressuposto ideológico básico: o mercado é, portanto, de racionalidade sócio-política e agente principal do bem estar da república. Esse pressuposto leva a colocar direitos sociais (como a saúde, a educação e a cultura) no setor de serviços definidos pelo mercado. Dessa maneira, a reforma encolhe o espaço público democrático de direitos e amplia o espaço privado não só ali onde seria previsível – nas atividades ligadas à produção econômica-, mas também onde não é admissível – no campo dos direitos sociais conquistados. (CHAUÍ 1999, p.3 apud CHAVES, 2010, p.485).

---

<sup>12</sup> Referimo-nos aqui, particularmente ao reconhecimento da educação especial e da educação infantil como áreas da política educacional e que trilham, historicamente, um caminho de luta que não se esgota no reconhecimento legal, mas tem nele uma etapa importante desta trajetória de mobilização social e educacional. (ALMEIDA, 2011, p.16).

<sup>13</sup> Art. 20. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias: I – particulares em sentido restrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo; II – comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade; III – confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior; IV – filantrópicas, na forma da Lei. (BRASIL, 1996).

Acertadamente, a lógica mercadológica direciona a iniciativa pública de tal forma que o público é apropriado pelo privado. Consequentemente, a sociedade submergiu a credibilidade nas instituições públicas ao ponto de desvalorizar os serviços e bens oriundos dessa categoria administrativa, e, assim, deixara de reivindicar coletivamente por melhorias nas qualidades dos serviços públicos ofertados. Desse modo, o mercado sobressai como o mais apropriado, competente e qualificado em agenciar determinados serviços, nesta perspectiva desqualifica-se as instâncias públicas.

Consequentemente, precisa ser revisto o pressuposto da antinomia estatal-mercado, que identifica automaticamente o público com estatal e o privado com o mercado. Analisar a profundidade da crise social supõe, necessariamente, considerar o processo histórico por meio do qual o estatal e o privado mesclaram-se para impedir a consolidação de uma esfera pública democrática. Assim, na crise atual, na qual se imbricam novos e antigos problemas não equacionados, é possível perceber a erosão da frágil noção de público, que nem chegou efetivamente a se construir. (MARTINS, 1994, p.43 apud RACHELIS, 2008, p. 72).

Diante da intensificação do processo de mercantilização do ensino superior no Brasil, em especial, após a LDB, as entidades representativas de Serviço Social instituíram Plano de Luta em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior, com a finalidade de entender as nuances da precarização do ensino superior e a inserção do Ensino à Distância (EaD), bem como seus impactos no Serviço Social. Logo, a preocupação é averiguar como esta sendo proporcionada a formação do ensino superior dos assistentes sociais. (CFESS, 2010, p.05).

Segundo os dados do MEC/INEP de 2011, o país apresenta em linhas gerais, 312 instituições de educação superior que entre presenciais e à distância proporcionam o curso de Serviço Social. Desse conjunto absoluto, 56 são no âmbito público e 256 na esfera privada. No quesito do número dos cursos ofertados pela categoria administrativa concebem o total 372, sendo 67 no segmento público e 305 de natureza privada. Diante do exposto, existe um crescimento elevado dos estabelecimentos de ensino privado em relação às IES públicas.

No que diz respeito ao quantitativo de cursos de graduação no país, por categoria administrativa e modalidade de ensino, o MEC/INEP do ano de 2011, assinalam que dedicaram 358 cursos de graduação presenciais em Serviço Social, sendo 66 vinculados ao setor público, e 292 atrelados a iniciativa privada. Constatamos que, na modalidade de ensino à distância preenche a soma de 14 IES, sendo 01 para categoria pública e o representativo de

13 para ramo privado. Prontamente, os cursos de graduação presencial prevalecem em relação à categoria à distância, contudo o setor privado detém um quantitativo inexorável de IES e cursos de graduação.

O processo de redução da máquina estatal no desenvolvimento de atividades que beneficiam a coletividade, principalmente no tange os serviços educacionais, apontam em ações em prol da sustentabilidade do capitalismo, ou seja, o Estado se preocupa em atender as exigências dos empresários da educação superior em detrimento da expansão das presenciais IES pública. Assim, os números de vagas são insuficientes para agregar os indivíduos no ensino presencial, e estes, se deslocam para a modalidade de Ensino à Distância, que “ (...) configura-se, portanto, como uma via extremamente lucrativa para a expansão capitalista e a formação de intelectuais necessários à ordem burguesa” (PEREIRA, 2009, p.270). Neste sentido, ampliar-se o mercado da livre iniciativa favorecendo, majoritariamente, os empresários educacionais. Veja,

(...) o EAD não deveria ser usado como mecanismo de “democratização” do acesso ao ensino superior, como defende o governo, com a finalidade política de cumprir a meta de 30% de jovens no ensino superior até 2011 prevista no PNE, claramente orientado pelos acordos internacionais, especialmente a Organização Mundial do Comércio (OMC). (TONEGUTTI, 2010, p.67 apud CFESS, 2010, p.09).

A modalidade de Ensino à Distância com claros parâmetros de qualidade de ensino, facultando às pessoas distinguirem entre as boas e as desqualificadas IES é altamente relevante para o aprimoramento intelectual dos indivíduos que estão em situações peculiares, como excessiva jornada de trabalho, precarização nas relações de trabalho. Desse modo, dispõe de pouco tempo para melhorar e/ou desenvolverem habilidades profissionais. Assim, o EaD poderia funcionar como instrumento de suplementação dos conhecimentos acadêmicos profissionais, pelo fato de fornecer possibilidades de acessar ambiente virtual nos horários que julgassem convenientes.

O projeto neoliberal ao desenvolver o processo de massificação do ensino superior, tecnológico e técnico profissionalizante está formando o exército de reserva de trabalhadores, pois a formação desqualificada tem mínimas oportunidades frente os processos de competitividade intrínsecos ao contexto de mundialização do capital que visa garantir os lucros excessivos através da exploração da força do trabalho. Nesta acepção,

O crescimento exponencial do contingente profissional, a curto prazo, traz sérias implicações para o exercício profissional e para as relações de trabalho e condições salariais por meio das quais ele se realiza. Pode-se antever um *crescimento acelerado do desemprego nessa área*, pois dificilmente a oferta de postos de trabalho poderá acompanhar, o mesmo ritmo, o crescimento do contingente profissional, pressionando *o piso salarial, a precarização das condições de trabalho e aumentando a insegurança do trabalho*. A hipótese que se pode aventar é que o crescimento do contingente profissional, ao tempo em que eleva a lucratividade nos negócios educacionais-, um curso barato, voltado predominante ao público feminino-, poderá desdobrar-se na criação de um *exército assistencial de reversa*. (IAMAMOTO, 2008, p. 440, grifo original).

As instituições de ensino superior privada vinculada à modalidade de Ensino à Distância se proliferam em ritmo acelerado, trazendo consequências gravíssimas para o processo de formação dos assistentes sociais, pois haverá uma oferta gigantesca desses profissionais, fato que corrobora para modificar a dinâmica do mercado de trabalho podendo ocasionar em redução salarial, diminuição nos postos de trabalhos, precarização nas condições de trabalho, mudanças no perfil profissional demarcado nas diretrizes curriculares do Serviço Social. Pois,

A descoberta do curso de serviço social como nicho de valorização relaciona-se a uma demanda do mercado de trabalho, no formato que adquire o enfrentamento das expressões da questão social pelo Estado e as classes no neoliberalismo. Trata-se de produzir uma preparação para as requisições de mensuração e gestão/controlar dos pobres. Nesse contexto, não se requisita o perfil das diretrizes curriculares, crítico, articulador político-profissional dos sujeitos, preocupado com os direitos e a cidadania, pesquisador que vai além das aparências dos fenômenos, profissional preocupado com a coletivização das demandas, com a mobilização social e a educação popular. Ao contrário, o que se requisita é um profissional à imagem e semelhança da política social focalizada e minimalista de gestão da pobreza e não do seu combate, politização e erradicação. (CFESS, 2010, p.14).

Cabe salientar que o ritmo de produção de graduandos não ocorre na mesma proporção entre os cursos de graduação, pois, nas profissões e nos cursos de status quo, a exemplo de medicina e direito que, predominantemente, possuem discentes oriundos da classe burguesa, existem os mecanismos de controle, ou seja, os cursos são presenciais até mesmo nas IES privadas, sendo uma estratégia de salvaguardar este mercado profissional. Desse modo, à massificação do ensino superior e reconfiguração das profissões ocorre tão somente

nas áreas de humanidades e letras, as quais apresentam custos relativamente baixos de implantação e, conseqüentemente, maior aquisição de lucros para os detentores dos meios de produção.

Exponencialmente, existe um crescimento da modalidade EaD atrelada, sobretudo, as IES privadas, bem como cursos de Serviço Social privados, e, ambas apresentam deficiência na qualidade de ensino no tocante os seguintes determinantes: estruturas físicas inadequadas, desvinculação do tripé ensino-pesquisa- extensão, ausência de investimentos em qualificação dos docentes e/ou tutores, falta de iniciação científica, turma com quantitativo expressivo de discentes, estágios sem garantia de supervisão direta. Assim,

Quanto à graduação à distância, sabemos que realiza no máximo transmissão de informações, mas jamais formação profissional, como tem denunciado a ABEPSS [Associação Brasileira e Ensino Pesquisa em Serviço Social], o CFESS [ Conselho Federal de Serviço Social ] e a ENESSO [Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social] em várias notas públicas, inclusive uma que se dirige aos estudantes e profissionais envolvidos nesta modalidade, alertando-os e explicando as razões da nossa luta, que nada tem a ver com preconceitos ou discriminação (ABEPSS, CFESS e ENESSO, 2009).

Desse modo, o ensino EaD pode ser reduzido apenas à transferência de conteúdos programáticos por meio de apostilas elaboradas pelos tutores ou coordenação dos cursos, que mesmo adensadas de citação de fontes originais corroboram para os seguintes equívocos: interpretação errônea acerca do pensamento determinado pelo autor ou tema, por está fora do contexto do documento oficial, bem como apreender os conhecimentos sob a ótica de outrem sem conhecer a essência da fonte primária. Nesse sentido, o ensino pode se configurar como mera transferência dos conhecimentos teórico-metodológicos, e, neste processo, os saberes são absorvidos passivamente. Vale à pena frisar, que muito embora existam os esforços dos estudantes, e demais profissionais envolvidos no processo de ensino aprendizagem, são muitos os dilemas a serem superados para alcançar uma formação profissional qualificada.

Portanto, as emergentes configurações da expansão do ensino superior alicerçadas nos interesses mercantis impõem diversos desafios para desenvolver uma formação acadêmica integral, que permita uma visão para além da realidade abstrata realizando uma intervenção profissional crítica.

## 2.2 O processo de formação profissional em Serviço Social na contemporaneidade

Para compreendermos o processo de formação profissional em Serviço Social, não se pode ignorar o panorama da educação superior brasileira que, no contexto de mundialização do capital, promoveu a expansão desmedida das IES privadas modificando o cenário da política de ensino superior. Efetiva-se a privatização do ensino superior impactando sobremaneira na qualidade da educação e, conseqüentemente, na formação profissional.

Nessa perspectiva, pensar as exigências e os desafios contemporâneos à formação profissional demanda, necessariamente refletir sobre as formas reificadas que transforma o processo educacional em mera mercadoria. Implica, debater as atribuições e o significado da profissão de Serviço Social perante as forças sociais presentes na sociedade e como atividade inscrita na divisão social do trabalho, o que supõe estabelecer uma estreita articulação entre exercício e formação profissional. (LEWGOY, 2009, p. 25).

Assim, os profissionais acadêmicos do Serviço Social têm buscado enfrentar o desafio de incorporar um conhecimento de visão crítica para compreender a lógica da sociedade e do funcionamento dos serviços essenciais que estão submetidos às determinações dos possuidores do poder econômico e político. Contudo, os assistentes sociais trabalham numa perspectiva de atender as demandas sociais e políticas das diferentes classes sociais com vistas a cooperar na aquisição de tais bens e serviços de forma igualitária, bem como promover o reconhecimento dos direitos humanos, ou seja, uma atuação profissional ancorada nos princípios fundamentais da categoria profissional supracitada. Prontamente, (YASBECK apud ZANELLI, 2010, p.90-91) “ênfatisa que o Serviço Social participa tanto do processo de reprodução dos interesses de prevenção do capital, quanto das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho.”

Partindo desse pressuposto, os assistentes sociais são requisitados para atuar em diversos campos socio-ocupacionais, tendo como componente essencial de trabalho a questão social com suas multifacetadas expressões. Nesta direção, o profissional elabora e executa as propostas, as políticas públicas e sociais, a fim de enfrentar as manifestações da questão

social. Mas no processo de intervir nas demandas institucionais, sociais e políticas faz-se necessário conhecer e transpor os fenômenos da vida cotidiana, para ser capacitado a formular o projeto de trabalho que é um elemento essencial e constitutivo para atuação destes profissionais que precisam estar preparados de forma técnica e, intelectualmente, para responder às demandas contemporâneas. Pois,

Como trabalhador especializado, o assistente social deve apresentar propostas profissionais que vislumbrem soluções para além da requisição da instituição, cujas demandas são apresentadas na versão burocratizada e do senso comum, destituídas da tradução ético-política ou da interpretação teórico-metodológica. Portanto, cabe ao assistente social a responsabilidade de imprimir na sua ação os saberes acumulados pela profissão, ao longo do processo de reelaboração das demandas a ele encaminhadas (PAIVA, 2000, p. 81 COUTO, 2009, p. 653).

Vale esclarecer que o processo de formação profissional crítica perpassa pela tônica da indissociabilidade da tríade ensino, pesquisa e extensão atrelada às dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, as quais representam ferramentas extremamente importantes no desenvolvimento do processo reflexivo<sup>14</sup> e na (res)construção do conhecimento. Entretanto, verifica-se uma ampliação significativa das instituições de ensino superiores privadas voltadas especificamente ao ensino, com isso passa a existir a indagação sobre a interferência desse processo no que tange a aprendizagem acadêmico-profissional do ensino superior, e a defesa da formação profissional qualificada.

É oportuno destacar, que a apreensão do conhecimento é baseada no tripé de ensino, pesquisa e extensão, e pressupõe o desenvolvimento crítico e reflexivo em cada uma da esfera apresentada da tríade, a fim de assegurar a emancipação dos sujeitos envolvidos na construção de novos saberes. Nesse sentido, a formação profissional em Serviço Social é um processo dinâmico e requer assistentes sociais com capacidade de planejar<sup>15</sup> e intervir nas

---

<sup>14</sup> O processo reflexivo (...) tem como objetivo a formação da consciência crítica. Esse objetivo somente se realiza à medida que são criadas as condições para que os usuários elaborem, de forma consciente e crítica sua própria concepção de mundo. Ou seja, que se façam sujeitos do processo de construção da sua história, da história dos serviços e das instituições e da história da sua sociedade. (MIOTO, 2009 p.503).

<sup>15</sup> Segundo Alcoforado, ao planejarmos, pensamos de forma consciente e crítica o nosso agir de modo, a tomar as melhores e mais acertadas decisões para nossas ações, considerando as condições de que dispomos. (2009, p.745).

situações e problemas, ou seja, que saibam pensar e tomar decisões por si mesmo. Assim, é imperativo que na dimensão formativa realize a articulação entre a formação pessoal e profissional. Logo,

É importante ressaltar que se parte do pressuposto de que há uma margem de autonomia nos processos de trabalho em que os assistentes sociais estão envolvidos, o que lhes permite desenvolver atividades comprometidas com interesses sociais presentes nos espaços sócio-ocupacionais. Assim, sem negar os condicionantes colocados pela condição de trabalhador assalariado, busca-se acentuar que há espaço para a defesa do projeto profissional em qualquer local, público ou privado, em que o assistente social é requisitado a intervir (COUTO, 2009, p.652).

Partindo do princípio de que a tríade ora mencionada é complementar e indispensável na constituição do conhecimento e da formação educativa de qualidade, deve-se repensar a questão do ensino desvinculado da pesquisa e extensão, uma vez que busca-se aperfeiçoar profissionais com visão crítica, humanística alicerçada com as competências e habilidades requeridas e, não meramente, a “profissionalização” da força de trabalho.

Nesta lógica de raciocínio, o processo de formação profissional competente ocorre através da mediação teórico-prática, bem como na articulação das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. Sendo assim, é preponderante na formação profissional, ter de forma nítida, a compreensão das atribuições do saber-fazer da profissão com vistas a suprir as demandas institucionais e da comunidade, como também os interesses da própria categoria profissional.

Notadamente, fica explícito que os assistentes sociais devem ter domínio e exercer com competência as atividades que lhes cabem tanto nos aspectos políticos, éticos e intelectuais. Em outros termos, o processo de aprendizagem e preparação do exercício profissional deve compreender constantemente a relação teoria e prática. Segundo Santos (2010) a prática<sup>16</sup> é a efetividade da ação, ou ainda, a materialização da ação, enquanto a

---

<sup>16</sup> A prática é constitutiva e constituinte das determinações do objeto, gera produtos que constituem o mundo real, não se confunde, portanto com a teoria, mas pode ser espaço de sua elaboração. Neste caso, ela só se transforma em teoria se o sujeito refleti-la teoricamente. (SANTOS, 2010, p. 27).

teoria<sup>17</sup> é o caminho das possibilidades. Desse modo, a prática fornece subsídios na elaboração do aporte teórico, do mesmo modo que, a teoria favorece a aquisição teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a intervenção profissional em prol da efetivação dos direitos. Logo, não se deve desvincular a teoria da prática e vice-versa.

Destarte, no processo de formação dos assistentes sociais é altamente relevante estabelecer a relação entre teoria e prática, bem como as três dimensões supracitadas, relacionando-as de tal forma que uma não sobrepõe a outra, pois cada dimensão possui especificidades e diferenciações. Deste modo, existe uma inter-relação de complementaridade entre elas propiciando uma visão crítica da realidade, e, além disso, permite subsidiar e capacitar na construção de profissionais competentes com condutas éticas e técnicas. Assim sendo, os assistentes sociais devem efetuar as interconexões entre as dimensões para não comprometer as intervenções, levando-os, uma práxis<sup>18</sup> profissional de viés tecnicista, teorista, fatalista, entre outros caminhos que possam parecer, equivocadamente, de que na prática a teoria é outra.

O profissional em Serviço Social deve conhecer a realidade concebida como uma totalidade e as complexidades das manifestações da questão social, para criar e articular os instrumentos, as técnicas e as estratégias num plano teórico-metodológico condizente com o projeto ético-político da profissão numa perspectiva de transformação da realidade social. E para alcançar esse intento o assistente social deve planejar sua intervenção de modo crítico, fazendo uso de aportes teórico-metodológico que permitam uma visão da realidade imediata. Nesse sentido, é criterioso a aquisição de um conhecimento capaz de propiciar uma análise crítica, para que possa intervir e proporcionar transformações. Sendo assim é relevante a articulação dialética entre a teoria e prática na efetivação do projeto profissional que se configura como condição fundamental para o exercício qualificado dos assistentes sociais. A saber,

O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar

---

<sup>17</sup> A teoria é um modo de ler e interpretar a realidade implica afirmar que a teoria tem lócus de atuação a prática, possibilitando transformações e se alimentado da mesma. Enfim, teoria e prática formam uma unidade, apesar de suas diferenças. (Ibidem – ibid. p. 28).

<sup>18</sup> É entendido como prática articulada à teoria, prática desenvolvida com e através de abstrações do pensamento, como busca de compreensão mais consciente e consequente da atividade prática- é prática eivada de teoria. (MARX; ENGELS, 1993 apud LEWGOY, p.46).

apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho. (IAMAMOTO, 2009, p.25).

Sabe-se que os fundamentos teóricos e metodológicos são apropriados na consolidação dos princípios éticos e políticos, como também no processo de instrumentalizar o profissional para realizar análise da realidade social, a qual sempre se apresenta na singularidade, e para conhecer cada totalidade parcial da realidade, é essencial ultrapassar a singularidade. Para tanto, faz-se necessário conhecer as determinações que estão dispostas no campo da universalidade e o recurso metodológico utilizado são as mediações<sup>19</sup>. Todo o processo mencionado até o momento é o ato de conhecer a realidade, e, portanto, de constituir a totalidade concreta. Prontamente, a razão captura as mediações que negam a imediaticidade e alcança a particularidade, que é a realidade concreta, ou ainda, a essência do real. (PONTES, 2000, 39-42).

Acertadamente, “a formação profissional é um processo permanente de qualificação e atualização, porque exige deciframento cotidiano dessa realidade social”. (LEWGOY, 2009, p. 42). Este procedimento de conhecer a realidade e as refrações da questão social é efetivo no processo de criar e articular os instrumentos, como também as estratégias num plano teórico-metodológico harmonioso com o projeto profissional do Serviço Social, numa perspectiva de transformação da realidade social. Assim,

Para Marx, a teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento (outras modalidades são, por exemplo, a arte, o conhecimento prático da vida cotidiana, o conhecimento mágico-religioso -cf. Marx, 1982, p.15). Mas a teoria se distingue de todas as essas modalidades e tem especificidade: o conhecimento do objeto tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independe dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. (NETTO, 2009, p. 673).

A dimensão teórica permite encontrar as alternativas de intervenção para o enfrentamento das problemáticas, todavia, requer uma postura racional no processo de

---

<sup>19</sup> A categoria da mediação tanto possui a dimensão ontológica quanto a reflexiva. É ontológica porque está presente em qualquer realidade independente do conhecimento do sujeito; é reflexiva porque a razão, para ultrapassar o plano da imediaticidade (aparência) em busca da essência, necessita construir intelectualmente mediações para reconstruir o próprio movimento do objeto. (PONTES, 2000, p. 41).

determinar as escolhas, sendo fundamental acionar a aptidão de análise objetiva e subjetiva, bem como assumir os riscos que envolvem esta dinâmica de tomada de decisão. Logo, fica evidente que na análise de alternativas busca-se selecionar as melhores condições e alocação de diversos recursos para desenvolver uma atuação eficiente e eficaz das demandas apresentadas. Isso significa contornar os limites e potencializar as possibilidades de efetivar a proposta de intervenção, visando sempre o benefício coletivo.

Diante do exposto, fica expresso a relevância da filiação da teoria social crítica marxiana, ao desenvolver o trabalho profissional dos assistentes sociais, pois esta perspectiva norteia a compreensão dos processos da relação de produção e reprodução do capital. Isso denota que, o referencial teórico-metodológico fornecerá a concretude na operacionalização do fazer profissional. Nesse sentido, os assistentes sociais que reconhecem a perspectiva dialética crítica compreende as refrações da questão social como produto oriundo do capitalismo, ou seja, da relação produtiva entre capital e trabalho, e não como incapacidade, incompetência individual ou qualquer terminologia desse gênero que culpabiliza os sujeitos por estarem em condições desprovidas materialmente.

Em relação à dimensão política, parece claro que, os princípios gerais do código de ética dos/as assistentes sociais<sup>20</sup> fundamentam a formação, atuação profissional e as demais atividades atreladas a estes profissionais. Em outras palavras, o exercício profissional deve vislumbrar a materialização da liberdade, cidadania, democracia, pluralismo, qualidade dos serviços, defesa dos direitos humanos, equidade e justiça social, articulação com os movimentos sociais e, em contrapartida, luta contra o preconceito, a subalternidade, o

---

<sup>20</sup> I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes -autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CEFSS, 2012, p.23-24).

autoritarismo, enfim busca-se a construção de uma nova ordem da sociedade (CEFSS, 2012, p.23-24). Logo,

(...) Essas premissas trazem a preocupação quanto à qualidade dos serviços prestados ao usuário, implicando um investimento na melhoria de programas institucionais, na rede de abrangência dos serviços públicos, como reação contra a imposição de crivos de seletividade no acesso aos atendimentos, ou seja, significa o compromisso com a classe subalterna (CEFSS, 1993 apud LEWGOY, 2009, p. 52).

A reflexão ética acerca das atribuições efetuadas no exercício profissão deve anteceder a prática profissional. Isso significa que na fase de formação profissional, o sujeito em formação deve conhecer as competências e habilidades referentes às atividades específicas dos assistentes sociais, ou seja, antes de ingressar nos campos de estágios. Deste modo, é primordial saber o conjunto de normas éticas, que estão descritas no código de ética com a finalidade de adotar postura pró-ativa numa perspectiva de atuar dentro dos princípios estabelecidos. Logo, o profissional competente comprometido com o valor ético não se deixará corromper em nenhum espaço sócio-ocupacional.

Seguindo esta linha de pensamento, a reflexão ética é uma ferramenta imperiosa da práxis profissional dos assistentes sociais, pois a capacidade técnica e intelectual do saber-fazer profissional atrelada aos compromissos éticos procedem em direção a prestação de serviços de qualidade aos clientes. Pois,

O saber fazer-fazer competente é um saber-fazer de boa qualidade, na medida em que analisa criticamente as exigências e os desafios postos cotidianamente. Portanto, essa qualidade não é atribuída, mas construída dia a dia. Ao adjetivar esse saber-fazer, faz-se a conexão entre a dimensão teórica, técnica, ética e política hoje propostas nas Diretrizes Curriculares. O conceito de qualidade é multidimensional, social e historicamente determinado, pois emerge de uma realidade específica, de um contexto concreto. ( LEWGOY, 2009, p. 53).

É imprescindível mencionar que, as elaborações dos instrumentais jurídicos formais visam a proteção dos profissionais, assim como da população usuárias que depende da prestação dos serviços destes profissionais. Imediatamente, a dimensão ético-política delinea

os direitos, deveres e as responsabilidades dos profissionais em Serviço Social ante os colegas, a sociedade e com os mandatários dos serviços. Desse modo, cabe ao profissional verificar, continuamente, modificações e/ou o surgimento de novos aparatos normativos legais emitidos pelas organizações representativas do Serviço Social.

Na prática profissional dos assistentes sociais, os instrumentais técnico-operativos são considerados indispensáveis, porque neles, ficam contidos os registros das decisões tomadas frente as demandas, a conduta ética adotada, desvenda qual perspectiva teórica foi utilizada durante o atendimento realizado. Enfim “(...) a técnica possui uma teoria subjacente a ela de forma implícita ou explícita, ou seja, não é politicamente neutra, contém uma determinada direção política”. (MARCONSIN, 2013, p.68-69). Portanto, as documentações elaboradas no desenvolvimento do exercício profissional revelam parcialmente a atuação dos assistentes sociais.

A dimensão técnica é relevante para a formulação do projeto de trabalho profissional e, conseqüentemente, do desenvolvimento das intervenções cotidianas dos assistentes sociais nos seus respectivos campo de atuação. O processo de análise teórico-crítica e a operacionalização do tratamento técnico da documentação em Serviço Social pode ser um instrumento que viabilize o plano de ação, bem como os projetos de intervenções que precisam ser realizados na instituição e na comunidade. Dessa forma, as informações contidas nos diversos instrumentais (banco de dados; perícia social; folhas de coletas de dados; planos, programas, projetos; laudo social; orçamento e planilhas; parecer social; diário de campo; linguagem; prontuário social, dentre outros) podem contribuir efetivamente para materialização da ação profissional do assistente social vinculada às dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, favorecendo a consolidação do projeto ético-político dessa categoria profissional.

Ter discernimento desta questão é fundamental, porque, sendo um instrumental- técnico, a documentação também terá a direção política que for dada à ação social como um todo. Ela pode ser um simples “roteiro de papéis a serem preenchidos e organizados” para determinadas concepções, perpetuando seu caráter controlista e burocrático. Mas, não é dessa forma que estamos tratando aqui, e sim, como um instrumental técnico que possibilita organizar e veicular informações, bem como produzir informações e conhecimento. Ela contém dados da realidade, que são material de análise do assistente social e que se transformam em informações úteis à população usuária do Serviço Social, sobre ela e a realidade e, também, sobre a própria profissão (SARMENTO, 1994 apud MARCONSIN, 2013, p. 69).

Destarte, os documentais escritos permitem a identificação e construção de estratégias que viabilizem a instrumentalização da prática profissional no que tange a formulação, execução e avaliação dos planos, programas e projetos de ação, bem como pode promover o reconhecimento da profissão pelos demais sujeitos que participam da relação de produção e reprodução da força de trabalho.

O processo de formação e o exercício profissional ao ser desenvolvido devem buscar atender as demandas de quatro elementos constitutivos, sendo eles: a instituição, os usuários, os demais profissionais que participam da vida organizacional da empresa em questão, e, por fim, ao profissional que formula o projeto profissional, aqui, especificamente, o assistente social.

Na primeira premissa, faz-se necessário que o projeto de trabalho seja favorável para a instituição que requisita os assistentes sociais, com a finalidade de realizar intervenções nas demandas institucionais, mas, é fundamental que este profissional desenvolva a operacionalização de suas práticas para além dessas requisições primeiras. Assim, a identificação institucional torna-se altamente relevante, pois propicia um elevado teor de informações acerca dos recursos humanos, matérias, financeiros, dentre outros. Enfim, esse processo de identificação permite uma aproximação mais concisa da realidade, e conhecê-la como um todo viabiliza elencar proposta exequível.

Pressuposto segundo, busca acatar as requisições da população alvo, isso significa adotar uma postura investigativa a qual está intimamente associada à dimensão interventiva. Nesse procedimento, é preciso ouvir os demandatários dos serviços, a fim de traçar um perfil qualitativo; identificar as refrações da questão social que se fazem presentes na vida dessa população; e, posteriormente, desenvolver o projeto profissional à luz do Código de Ética e do projeto ético-político da categoria profissional em questão. A saber,

Os assistentes sociais realizam assim uma ação de cunho socioeducativo na prestação de serviços sociais, viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos sociais adquiram visibilidade na cena pública e possam ser reconhecidos, estimulando a organização dos diferentes segmentos dos trabalhadores na defesa e ampliação dos seus direitos, especialmente os direitos sociais.

Afirma o compromisso com os direitos e interesses dos usuários, na defesa da qualidade dos serviços sociais. ( IAMAMOTO, 2009, p.20).

Em premissa terceira, vislumbra atender as demandas dos demais profissionais, uma vez, que o assistente social não desempenha seu trabalho de forma unilateral, e este processo de interação se configura como um excelente momento para difundir o fazer profissional do Serviço Social e as suas respectivas competências. Desse modo, possibilita o reconhecimento da profissão. Enfim, é fundamental reconhecer as demais atuações profissionais que partilham dentro da organização, numa tentativa de relacionar estratégias para conjugar esforços, estabelecer redes de parcerias, identificar forças de resistências; fatores que corroboram para a práxis e a formulação do trabalho profissional.

E, não menos importante, a última premissa, a qual procura elucidar que o profissional de Serviço Social deve sentir-se parte integrante do processo de trabalho, bem como ter satisfação em concretizar as ações planejadas.

Em suma, o saber-fazer profissional dos assistentes sociais deve estar especificado de forma clara e objetiva para os demais profissionais da unidade de trabalho, com o intuito de propiciar o entendimento acerca da proposta de trabalho, a qual estará fundamentada nos marcos jurídicos formais da Lei que Regulamenta a Profissão 8.663/93; o Código de Ética de 1993 e, por conseguinte, nos princípios éticos fundamentais, bem como nas demais prerrogativas da lei que possam respaldar as propostas de intervenções profissionais.

Destarte, é no âmbito do processo de estágio e supervisão de estágio que concerne à materialização da competência profissional ante a articulação entre as dimensões teórica, ética e técnica, com vistas a permitir a identificação e construção de estratégias que viabilizem a instrumentalização da prática profissional numa perspectiva de solidificar o projeto ético e político, como também promover o reconhecimento da profissão pelos demais sujeitos que participam da relação de produção e reprodução da força de trabalho. Logo,

Ao ser concebida como atividade indissociável do estágio, articulada ao projeto profissional, a supervisão é configurada como lugar que permite uma reflexão sistemática que busca apreender os processos sociais para além da sua aparência imediata. Os encontros periódicos constituem condição indispensável à sua realização, na perspectiva de construir e manter espaços

de problematização, reflexão e síntese permanentes. (GUERRA e BRAGA, 2009, p. 543-544).

Notadamente, o estágio juntamente com a supervisão direta de estágio é de suma importância na dimensão formativa crítica dos assistentes sociais, uma vez que pode fornecer fundamentos básicos e necessários para o processo de conhecimento e aprendizagem da área de atuação do Serviço Social.

Portanto, o processo de formação profissional perpassa pelas dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, as quais são de suma importância para nortear as ações interventivas dos assistentes sociais numa perspectiva de emancipação política e social, à construção de uma nova ordem societária. Sendo assim, o profissional competente busca estabelecer parâmetros avaliativos para as tomadas de decisões, e identificar os limites e as possibilidades de ação. Enfim, o processo de supervisão de estágio alicerçado no estágio supervisionado pode contribuir fortemente para o processo de reafirmação da identidade profissional e a consolidação do Projeto ético-político da profissão.

### **3 O PROCESSO DE SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIA PROFISSIONAL**

#### **3.1 O estágio supervisionado à luz do marco legal e das regulamentações das entidades do Serviço Social**

O estágio supervisionado é um espaço privilegiado para a dimensão formativa, por apresentar o cotidiano profissional e permitir desenvolver os conhecimentos teórico-práticos das especificações atribuídas aos profissionais; o estágio é um dos pilares que complementa a formação profissional, e busca preparar os graduandos para o saber-fazer de uma determinada profissão. Contudo,

A reestruturação produtiva decorrente da crise mundial do capitalismo contemporâneo tem determinado novas condições nas relações de trabalho e à formação profissional/estágio. São exigências que indicam a necessidade de um estagiário cada vez mais próximo aos interesses e conveniências do mercado e, conseqüentemente mais distante de uma formação crítica, humanística, ou seja, os interesses de do mercado se sobrepõem às diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS/1996 e aos propósitos acadêmicos de formação. (RIBEIRO, 2013, p.79).

O reordenamento da acumulação capitalista provocou mudanças estruturais no mundo do trabalho e, conseqüentemente, no processo de formação profissional, uma vez que impõe exigências de trabalhadores com múltiplas habilidades profissionais, a fim de desempenhar diferentes funções dentro da esfera produtiva. Tudo isso, com a manutenção do mesmo valor pecuniário, fato que revela excessiva extração da força de trabalho, como também a precarização na relação trabalhista. Dessa maneira, ocorre a sustentabilidade da acumulação flexível. Portanto, o processo de formação profissional perpassa por desafiantes armadilhas advindas da expansão produtiva capitalista que visa transformar tudo em mercadoria.

Prontamente, a categoria profissional de Serviço Social busca fornecer fundamentos essenciais visando promover uma formação profissional crítica comprometida em desenvolver estratégias de enfrentamento das mazelas sociais numa perspectiva de direito a ter direitos. Sendo assim, as organizações representativas do Serviço Social lutam em prol de uma educação de qualidade, com acesso democrático, gratuita e presencial, como também, pela

indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, incentivo a dimensão investigativa, Ou seja, visa-se uma formação acadêmica para além da qualificação profissional. Dessa forma, a categoria profissional estabelece os princípios para atuação do Serviço Social, sendo que estes princípios apresentam oposição à lógica mercadológica, e, nesta direção, seguem a construção das legislações e resoluções em Serviço social.

Nessa acepção, é essencial conhecer e compreender as legislações e resoluções que regulamentam o estágio supervisionado com vistas a cooperar para sua efetivação. O estágio supervisionado está preconizado nas legislações: Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e dispõe subsídios genéricos para o processo de normatização em cada âmbito de formação acadêmica, dentro da perspectivas entre o estágio supervisionado, mercado e trabalho; Diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social ABEPSS, resolução nº15, 13 de março de 2002, que expressa os pressupostos para a elaboração da grade curricular; Lei 8.662 de 7 de junho de 1993 dispõe a regulamentação da profissão do/a assistente social; Código de ética, resolução nº 273 de 13 de março 1993 do Conselho Federal de Serviço social (CFESS), que nortear a postura ética nas atuações dos profissionais; Lei do Estágio, nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, a qual regulamenta de forma macro os processos de estágios com viés educativo e menos mercadológico; supervisão direta de estágio em Serviço Social mediante a resolução CFESS nº533, de 29 de setembro de 2008. Enfim esses são alguns dos marcos legais e normativos constitutivos que amparam os estágios supervisionados.

A atual LDB preconiza as normativas de educação em linhas gerais, mais no que tange a categoria educação superior, uma dentre suas finalidades é, “formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua.” (Artigo 43, Inciso II, Brasil, 1996). O que denota uma preocupação em formar agentes para compor o mercado de trabalho, beneficiando assim as exigências mercadológicas.

Cabe demarcar que a LDB é à base de sustentação inicial dos estágios supervisionados, o qual está atrelado ao mundo do trabalho numa perspectiva de desenvolver habilidades e competências profissionalizantes, bem como aprendizagem de ações práticas. Todavia, há detalhamento desse processo de estágios tão somente em seu artigo 82: “ os sistemas de ensino estabelecerão as normas para realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior em sua jurisdição”, dando

continuidade no parágrafo único do referido artigo, “o estágio realizado nas condições deste artigo não estabelecem vínculo empregatício, podendo o estagiário receber bolsa de estágio, estar segurado contra acidentes e ter a cobertura previdenciária prevista na legislação específica”. (BRASIL, 1996).

Partimos preliminarmente do entendimento de que, as instituições de superior são detentoras de autonomia para operacionalizarem suas políticas de estágios, contudo, em consonância os princípios constitucionais obedecendo às legislações reguladoras desse processo.

Desse modo, o procedimento de reestruturação da LDB em 1996, foi o estopim que desencadeou mudanças na estruturas de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social que buscava acompanhar as transformações societárias, as novas configurações da questão social e, por conseguinte, um novo perfil profissional<sup>21</sup>. Nesse sentido, a construção deste mecanismo revela um ato de compromisso com o processo de formação profissional. Pois,

As diretrizes Curriculares da de 1996 marcaram um outro caminho para o processo de formação dos assistentes sociais, indicando perspectivas de enfrentamento aos desafios postos pela questão social cujas as manifestações estão a exigir, maior e melhor articulação entre as demandas de mercado, o exercício profissional e processo de formação/ estágio.( RIBEIRO, 2013, p.93).

As Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social é um instrumento normativo que fornece subsídios as instituições de ensino superior para elaborarem o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), o qual deve expressar objetivamente as seguintes categorias: perfil dos formandos; competências e habilidades; organização do curso; conteúdos curriculares; estágio supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), e por fim, as atividades complementares. Logo, o mencionado instrumental estabelece uma proposta de desenho curricular para compor o projeto pedagógico de formação profissional, especificando os fundamentos apropriados para o desenvolvimento das habilidades e competências profissionais. Assim, fica evidente nesse instrumental que o processo de formação profissional deve ultrapassar as fronteiras do espaço acadêmico vinculando os conhecimentos

---

<sup>21</sup> Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. (BRASIL, Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, 2002).

adquiridos nesse horizonte com as atividades complementares. Nesta direção, os saberes são constituídos nos espaços formais e não-formais de aprendizagem.

As diretrizes curriculares tratam sumariamente sobre estágio, mas deixa nítida a sua relevância para a dimensão formativa, considerando o estágio como uma atividade curricular obrigatória, espaço lócus de exercitar as gamas de conhecimentos adquiridos na vida acadêmica, bem como vislumbram a dimensão investigativa, política, socioeducativa no desenvolvimento da práxis profissional.

A lei que regulamenta a profissão de assistente social, no tocante do estágio supervisionado, informa em seu artigo 5º, que preconiza as atribuições privativas dessa categoria, mais especificamente no inciso VI: “treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social.” Esta é uma responsabilidade legal que,

Será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio. (Cf. RESOLUÇÃO CNE/CES n. 15/2002 que aprovou as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social apud GUERRA e BRAGA, 2009, p.563).

Assim, o processo de supervisão direta de estágio é uma atribuição privativa dos assistentes sociais que deve estar regulamente inscrito no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) - e possuir um excelente grau de competência profissional na área do conhecimento científico, técnico e operativo para contribuir, significativamente - na qualidade do acompanhamento do estudante e no exercício profissional diante das demandas dos usuários. É responsabilidade das IES mapear e informar os campos estágios aos órgãos fiscalizadores, nessa acepção o artigo 14º da lei supracitada,

Cabe às Unidades de Ensino credenciar e comunicar aos Conselhos Regionais de sua jurisdição os campos de estágio de seus alunos e designar os Assistentes Sociais responsáveis por sua supervisão. Parágrafo único. Somente os estudantes de Serviço Social, sob supervisão direta de Assistente Social em pleno gozo de seus direitos profissionais, poderão realizar estágio de Serviço Social. (BRASIL, 1993).

Assegura Boschetti (2007) que o estágio supervisionado alicerçado no Código de Ética do Serviço Social orienta as práticas profissionais atreladas aos princípios fundamentais, Este

documento apresenta as determinações mais específicas do estágio no tocante do artigo 4º alínea “d” e “e”, respectivamente é vedado: “compactuar com o exercício ilegal da Profissão, inclusive nos casos de estagiários/as que exerçam atribuições específicas, em substituição aos/às profissionais”. Sendo assim, uma tentativa de coibir a contratação indevida de sujeitos em processo de formação. É vetado também, “permitir ou exercer a supervisão de aluno/a de Serviço Social em Instituições Públicas ou Privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao/aluno/a estagiário/a”, mais uma vez ratifica a importância das sistemáticas supervisões.

É válido ressaltar que, ocorreram diversos problemas na operacionalização dos estágios, devido os mencionados instrumentais tratarem superficialmente da regulamentação do estágio supervisionado, havendo a necessidade de instituir uma legislação que normatize de forma mais abrangente estas questões. Sendo assim, a lei de estágio e a adesão da resolução de supervisão direta de estágio estabelecem as normas básicas e gerais sobre a temática em questão, a exemplo de abertura e condições estruturais do campo de estágio, definição das responsabilidades de todos envolvidos nos estágios supervisionados, bem como o procedimento de coordenação de supervisão direta de estágios atrelada às entidades fiscalizadora do Serviço Social.

Segundo Ribeiro (2013), ao correlacionar as demais legislações com a Lei 11.788/2008, esta, trouxe significativas transformações, principalmente ao entender: “o estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho”. (Artigo 1º, Brasil, 2008), como também preconizou as características acadêmicas dos cursos de graduação. Dessa forma, estabelece ao estágio uma atitude acadêmica e modifica a dinâmica do mercado em utilizar os estagiários como mão de obra barata. Assim,

Ao reconhecer o estágio no projeto pedagógico dos cursos, a Lei anula as determinações de documentos anteriores, em que o estágio era reconhecido como “atividade instituída nas empresas”, como “complementação de ensino e aprendizagem” ou como “atividade de aprendizagem social, profissional e cultural”, isto é, o foco do estágio estava localizado na área empresarial. A nova Lei resgata o vínculo do estágio aos projetos pedagógicos dos cursos, na de dimensão de ser ele “ato educativo” no processo de formação. (RIBEIRO, 2013, p. 96 ).

A Política Nacional de Estágio (PNE) da ABPESS foi elaborada coletivamente, é detentora de um “caráter mobilizador e estratégico na defesa do projeto de formação

profissional e instrumento de luta contra a precarização do ensino superior”. (RESOLUÇÃO CNE/CES p.2). Deliberada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) “em consonância com os anseios profissionais na direção do enfrentamento dos inúmeros desafios com os quais a categoria se defronta, neste contexto de hegemonia do capital e de suas regressivas contra-reformas”. (IDEM, p.5).

Sendo assim, é criterioso saber que o processo de formação profissional é mediado pela clareza das competências do profissional e, imediatamente, destaca-se que o Serviço Social enquanto profissão de caráter social, político, crítico e interventivo, representa a atuação direta de seus bacharéis na formulação, implementação e execução de mecanismos que propiciem transformações positivas na vida dos indivíduos, sobre a lógica da viabilização de direitos, estando expresso no segundo princípio fundamental do Código de Ética o seguinte: a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo.

Sobre maneira, vislumbrando otimizar a inserção e participação dos sujeitos, tendo em vista o princípio quatro do Código de Ética que trata da “defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida”; portanto as intervenções e o projeto de trabalho profissional devem ser realizados à luz do Código de Ética e das prerrogativas da Lei 8.662/93 que regulamenta a profissão, fatos que corroboram para a afirmação do projeto ético-político da categoria profissional em questão. Assim,

Hoje, é fundamental estar preparado para as inúmeras demandas que surgem no cotidiano, tanto em quantidade como em qualidade e forma. É preciso manter os “olhos abertos”, pois o profissional que a contemporaneidade exige deve ser criativo e competente, teórica e tecnicamente, e comprometido com o projeto profissional (IAMAMOTO, 2001 apud COUTO, 2009, p.653).

Assim, as legislações e as resoluções elaboradas estabelecem os preceitos sobre operacionalização da política de formação profissional na área de Serviço Social no tocante as questões que abrangem a realização do estágio obrigatório<sup>22</sup> supervisionado e não-

---

<sup>22</sup> § 1o Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma (LEI n 11.788 de 25/09/2008).

obrigatório<sup>23</sup>, apontando as responsabilidades das partes envolvidas no processo de estágio, discriminando como deve proceder à relação supervisor acadêmico, supervisor de campo e discente, o que possibilita compreender as potencialidades e os desafios sobre o estágio. As legislações e as resoluções devem estar em conformidade com as Diretrizes Curriculares, com a direção ético-política e o Projeto Pedagógico do Curso do Serviço Social, os quais regulamentam os princípios norteadores da profissão.

### **3.2 A supervisão de estágio em Serviço Social na formação profissional dos/as assistentes sociais**

A priori, a concepção etimológica da palavra supervisão, está associada ao prefixo “super” e ao afixo “visão”, o primeiro segmento significa por cima, sobre; já o segundo elemento designa ver, olhar, mirar. Em outros termos, a supervisão expressa ação de supervisionar numa perspectiva de orientar, instruir, conhecer e desenvolver uma práxis profissional, visando um aprimoramento contínuo do exercício profissional. (BURIOLA, 1996, p. 21). Sendo assim, “ Historicamente, a supervisão corresponde a uma das atividades mais antigas de ensinar e aprender.” (LEWGOY, 2009, p.65). Nessa direção, o conceito de supervisão é histórico, e sofreu inúmeras interpretações de acordo com as condições históricas, política, social, cultural, por que não dizer, da realidade social da qual está inserida. Desse modo, a supervisão pode ser analisada sob vários ângulos, contudo, o pressuposto que orienta essa proposta é particularizar a supervisão de estágios em Serviço Social<sup>24</sup> sob ótica da formação e do exercício profissional.

O propósito desse segmento é assinalar a prática de ensinar e aprender como experimentos vinculados à supervisão de estágio em Serviço Social, que se consolidam na relação indissociável do estágio supervisionado, considerado locus inicial de aproximação prática do exercício profissional, com vistas a solidificar as competências<sup>25</sup> e habilidades

---

<sup>23</sup> § 2o Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória (LEI n 11.788 de 25/09/2008).

<sup>24</sup> (...) na década de 1990 inferiu-se que a supervisão em Serviço Social precisava ser configurada como componente integrante da formação e do exercício profissional. ( BURIOLA, 1994 apud LEWGOY, 2009, p.87-88).

<sup>25</sup> (...) busca-se fundamentar a concepção de competência entendendo-a como elemento que constitui o solo da formação, numa dimensão transversal ao período de formação e exercício profissionais. A competência está em

inerentes à profissão em questão. Assim, “ Falar sobre competência significa falar em saber fazer bem ( RIOS, 2004 apud LEWGOY, 2009, p. 56)”. Seguindo esta linha de pensamento, a supervisão de estágio em Serviço social alicerçada no processo de formação dos assistentes sociais, é apreciada como momento oportuno para realizar uma experiência prática de ensino e de vivência do exercício profissional, bem como das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas articuladas com a materialização do projeto ético-político da mencionada categoria profissional.

Nesse sentido, o processo de supervisão de estágio requer o desenvolvimento de competências profissionais dos assistentes sociais, porém, não como uma mera atividade de desenvolver aptidões e habilidades, a fim de alcançar uma qualificação técnica e uma profissionalização, mas sim, uma formação pensada e efetivada em conformidade com a dimensão ética, técnica e política, como também com os preceitos estabelecidos nos instrumentos jurídicos formais. Sendo assim, a formação e o exercício profissional atrelados à competência pressupõem que,

(...) O discurso competente é crítico quando vai à raiz e desvenda a trama submersa dos conhecimentos que explica as estratégias de ação. Essa crítica não é apenas mera recusa ou mera denúncia do instituído, do dado. Supõe um diálogo íntimo com as fontes inspiradoras do conhecimento e com os pontos de vista das classes por meio dos quais são construídos os discursos: suas bases históricas, a maneira de pensar e interpretar a vida social das classes (ou segmentos de classe) que apresentam esse discurso como dotado de universalidade, identificando novas lacunas e omissões. Assim, a competência crítica supõe: a) um diálogo crítico com a herança intelectual incorporada pelo Serviço Social e nas autorrepresentações do profissional, cuja porta de entrada para a profissão passa pela história da sociedade e pela história do pensamento social na modernidade, construindo um diálogo fértil e rigoroso entre teoria e história; b) um redimensionamento dos critérios da objetividade do conhecimento, para além daqueles promulgados pela racionalidade da burocracia e da organização, que privilegia sua conformidade com o movimento da história e da cultura. (IAMAMOTO, 2009, p. 17).

---

permanente construção; é constituída socialmente e, por ser um termo revestido de significações, é preciso decifrá-lo no contexto atual da educação e da profissão. O conteúdo necessário á competência no trabalho do assistente social depende, em primeiro lugar, da definição de um objeto de intervenção para o Serviço Social, que só pode ser entendido adequadamente em sua relação com a totalidade dos fenômenos humanos e sociais. (LEWGOY, 2009, p. 54).

Assim, a supervisão de estágio é um mecanismo da dimensão formativa que possibilita concretizar a relação entre ensino-aprendizagem do exercício profissional, e engloba nessa atividade a participação ativa do supervisor acadêmico ( professor do curso de Serviço Social, com habilidades e competências em consonância com as atividades desenvolvida na unidade de estágio), supervisor de campo ( assistente social pertencente do quadro pessoal da unidade concedente do estágio), e, por fim, o acadêmico em formação profissional. A saber,

(...) O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio. (RESOLUÇÃO CNE/CES15/2002, apud BOSCHETTI, 2007, p.07).

É pertinente salientar que a supervisão de estágio necessita ser acompanhada de forma periódica e conjunta entre as partes envolvidas. Neste sentido, devem ocorrer reuniões sistemáticas entre os supervisores de ensino; encontros entre supervisores de campos e acadêmicos; supervisão tríade; supervisão no campo de estágio; supervisão acadêmica coletiva; supervisão acadêmica grupal e/ou individual. Estes encontros periódicos têm como finalidade elaborar estratégias para sanar as problemáticas dos estágios, realizar discussões teóricas atinentes a supervisão e o estágio, conversar sobre o processo de avaliação dos supervisionados, ou seja, promover discussões a respeito da operacionalização do estágio supervisionado e da supervisão direta estágio em Serviço Social. Pois,

Na supervisão se realiza a unidade entre ensino e aprendizagem: trata-se da inserção de sujeitos sociais numa relação dialética, a partir do engajamento em situações concretas, cujo objeto de conhecimento é o próprio movimento da realidade, o qual permite a análise concreta de situações concretas. Ensinar e aprender são experiências indissociáveis do processo de Supervisão, que se materializam na relação intrínseca entre estágio, supervisão acadêmica e de campo e supervisão profissional. No processo de aprendizagem, os sujeitos envolvidos: estudantes, equipes profissionais e o/a supervisor/a, ao discutir e materializar a profissão no exercício profissional, se constroem e se reconstroem como sujeitos, elaboram saberes conjuntos em um processo deliberado de favorecer o aprimoramento ético e intelectual, por meio de um espaço didático-pedagógico privilegiado. (GUERRA e BRAGA, 2009, p. 534).

A supervisão de estágio no Serviço Social é um instrumento propositivo para a formação profissional e requer responsabilidades dos principais pilares de manutenção desse processo, o supervisor de campo, acadêmico e o supervisionado. Portanto, a supervisão de estágio deve propiciar uma aprendizagem do saber fazer profissional, na perspectiva de formar o discente para interpretar a realidade; realizar análise crítica do processo de produção e reprodução da vida social; intervir profissionalmente diante das demandas apresentadas; efetuar encaminhamentos aos processos que necessite de avaliação dos demais profissionais da equipe multiprofissional e/ou redes de parcerias interprofissional; desenvolver projetos de pesquisa e intervenções socializando os resultados obtidos; instruir sobre a necessidade do aprimoramento intelectual adquiridos durante formação acadêmica e de outras objetivações pessoais; saber recorrer aos conhecimentos científicos para encontrar instrumentais e solucionar de forma mediata ou imediata as manifestações da questão social; realizar análise de conjuntura; elaborar instrumentais técnico-operativos que viabilize a instrumentalização da prática profissional. (BURIOLA, 1996).

Prontamente, estes são alguns contributos indispensáveis da supervisão de estágio em Serviço Social, os quais exercitam a dimensão investigativa, bem como fornecem subsídios para desenvolver as habilidades de competências profissionais. Por conseguinte, o aprendizado prático não pode ser conduzido a mero “treinamento” de reprodução de ações, porque a realidade da vida cotidiana é vivenciada de formas distintas, apresenta múltiplas manifestações da questão social<sup>26</sup> que estão em constantes mudanças. Logo é oportuno destacar a,

(...) supervisão como uma atividade imprescindível à formação não só acadêmica, mas direcionada para a formação e capacitação profissional permanente, que detém a possibilidade de orientar o aprimoramento da intervenção profissional que se realiza por meio da formulação e implementação de políticas e serviços sociais. É um processo de estimular, provocar, acompanhar e contribuir na capacitação de estudantes e/ou profissionais, equipes e executores e/ou formuladores de políticas, programas e/ou projetos a apreender e interpretar, na conjuntura, a particularidade do fenômeno com o qual trabalham, com a finalidade de

---

<sup>26</sup> Compreende a questão social na atual conjuntura como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção é cada vez mais coletiva, o trabalho torna mais amplamente social, enquanto que a apropriação dos seus frutos se mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 1999, p.27 apud RIBEIRO, 2013, p. 81).

analisar e encontrar o modo mais qualificado de operacionalizar a intervenção profissional. (GUERRA e BRAGA, 2009, p. 562).

Diante do exposto, é notório que o processo de supervisão de estágio em Serviço Social é complexo e depende de outras condições coletivas para acontecer, tais como: a abertura do campo de estágio; estabelecer um termo de compromisso entre o estabelecimento de ensino e a instituição que receberá o estudante, podendo esta ser de natureza pública, privada, mista, filantrópica ou organização não-governamental. Assim, a supervisão de estágio é responsável por acompanhar e orientar os estagiários na dinâmica processual da dimensão formativa, como também é essencial à participação das organizações representativas do Serviço Social na formação profissional, e no processo de fiscalização da desses estágios supervisionados. Nesse sentido, faz-se necessário explicitar a incumbência das diferentes partes que compõem a supervisão de estágio em Serviço Social ante o processo de formação profissional.

Assim sendo, a supervisão acadêmica desempenha um importante papel na formação profissional dos supervisionados ao fornecer subsídios teórico-metodológico, técnico e administrativo para a materialização do estágio supervisionado e supervisão direta de estágios. Desse modo, cabe ao supervisor acadêmico permanecer em constante contato com as organizações de campo de estágios, visando garantir e/ou manterem as vagas de estágios, bem como desenvolverem as atividades de planejar, supervisionar, orientar e avaliar as ações atreladas ao estágio supervisionado. Prontamente, são incumbências principais do supervisor acadêmico de acordo com a Política Nacional de Estágio da ABEPSS,

1 Orientar os(as) supervisores(as) de campo e estagiários(as) sobre a política de estágio das UFA [unidades de formação acadêmicas (UFA)], inserindo o debate atual do estágio supervisionado e seus desdobramentos no processo de formação profissional; 2 Orientar os(as) estagiários(as) na elaboração do Plano de Estágio, conjuntamente com os(as) supervisores de campo, de acordo com os objetivos acadêmicos, em consonância com o projeto pedagógico e com as demandas específicas do campo de estágio; 3 Supervisionar as atividades desenvolvidas pelos estagiários na UFA por meio de encontros sistemáticos, com horários previamente estabelecidos, e no local de desenvolvimento do estágio, quando da realização das visitas sistemáticas aos campos de estágio, contribuindo na efetivação da supervisão direta e de qualidade, juntamente com o supervisor de campo; 4 Auxiliar o(a) estagiário(a) no processo de sistematização do conhecimento, orientando e revisando suas produções teóricas, como também contribuindo no processo pedagógico de análise do trabalho

profissional; 5 Receber, ler, manter sigilo e observar criticamente as sínteses profissionais construídas pelos(as) estagiários(as), conduzindo a supervisão embasada em pressupostos teóricos, ético, políticos, técnico-operativos que contribuam com uma formação integral. (ABEPSS, Política Nacional de Estágio, 2010)<sup>27</sup>.

É válido ressaltar que, uma das funções do Colegiado de Serviço Social juntamente com a Comissão Orientadora de Estágio, é efetuar o reconhecimento do Campo de estágios conveniados e, se estes, fornecem uma estrutura que favoreçam a formação profissional, conforme regulamentam os instrumentais jurídicos formais e as orientações normativas do Serviço Social.

Destarte, a supervisão de Campo no processo de supervisão direta de estágio é uma atribuição privativa dos assistentes sociais, que devem estar regularmente inscritos no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e devem possuir um excelente grau de competência profissional na área do conhecimento científico, técnico e operativo para contribuir, significativamente, na qualidade do acompanhamento do estudante e no exercício profissional diante das demandas dos usuários. Compete a este profissional, a priori, o procedimento de fornecer orientação, supervisão e avaliação do estagiário no desenvolvimento de suas tarefas acadêmicas, profissionais e práticas. Sendo assim, destacam-se como funções do supervisor de campo,

1 Comunicar à coordenação de estágio da UFA o número de vagas por semestre e definir, em consonância com o calendário acadêmico e conjuntamente com a coordenação de estágio, o início das atividades de estágio do respectivo período, a inserção do estudante no campo de estágio e o número de estagiários por supervisor de campo, em conformidade com a legislação vigente; 2 Elaborar e encaminhar à coordenação de estágios do Curso de Serviço Social da UFA o Plano de trabalho do Serviço Social com sua proposta de supervisão e o respectivo cronograma de realização desta atividade; 3 Certificar se o campo de estágio está na área do Serviço Social, em conformidade às competências e atribuições específicas, previstas nos artigos 4º e 5º da Lei 8.662/1993, objetivando a garantia das condições necessárias para o que exercício profissional seja desempenhado com qualidade e competência técnica e ética, requisitos fundamentais ao processo de formação do estagiário; 4 Oportunizar condições institucionais para o desenvolvimento das competências e habilidades do(a) estagiário(a), assumindo a responsabilidade direta das ações desenvolvidas pelo Serviço Social na instituição conveniada; 5 Disponibilizar ao(à) estagiário(a) a documentação institucional e de temáticas específicas referentes ao campo

---

<sup>27</sup> Essas são algumas atribuições dos supervisores de acadêmicos as demais podem ser verificadas Política Nacional de Estágio da ABEPSS.

de estágio; 6 Participar efetivamente na elaboração do plano de estágio dos supervisionados, de acordo com o projeto pedagógico do curso, em parceria com o(a) supervisor(a) acadêmico(a), e manter cópia do referido documento no local de estágio; (ABEPSS, Política Nacional de Estágio, 2010)<sup>28</sup>.

Vale salientar que ambos os supervisores possuem similares responsabilidades<sup>29</sup> com relação à supervisão direta no tocante as orientações, acompanhamentos e avaliações dos discentes, sendo que o processo de formação profissional deve ser contínuo. A supervisão de estágio pode contribuir de forma significativa para adquirir o conhecimento intelectual de todos os envolvidos nesse procedimento. Desse modo, o estágio supervisionado em Serviço Social preconizado nas Resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) requer supervisão direta do profissional assistente social atuante no respectivo espaço sócio-ocupacional juntamente com um docente vinculado a instituição de ensino. Nessa lógica de raciocínio,

(...) a supervisão seja concebida como um processo administrativo e educacional pelo qual uma pessoa (o supervisor), possuidora de conhecimentos e prática, tem o compromisso de treinar o outro (o supervisionado), possuidor de menos recursos ao nível do conhecimento e da prática. ( BURIOLA, 1996, p. 20-21).

Quanto ao estudante, sujeito da formação profissional, pela posição que ocupa, ainda não é detentor de competência técnica integral para assumir atribuições profissionais, todavia, deve assumir compromissos que vislumbre para a capacitação intelectual e, enquanto supervisionado, é co-responsável por todos os elementos correlacionados com sua formação profissional de qualidade, podendo contribuir tanto para melhorias no campo acadêmico, como no exercício da profissão do supervisor de campo. Portanto, cabe ao estagiário,

1 Observar e zelar pelo cumprimento dos preceitos ético-legais da profissão e as normas da instituição campo de estágio; 2 Informar ao supervisor acadêmico, ao supervisor de campo e/ou ao coordenador de estágios,

---

<sup>28</sup> Ademais atribuições dos supervisores de campo podem ser verificadas Política Nacional de Estágio da ABEPSS .

<sup>29</sup> Averiguar as responsabilidades comuns dos supervisores acadêmicos e de campo, conforme a Política Nacional de Estágio da ABEPSS. (ABEPSS, Política Nacional de Estágio, 2010).

conforme o caso, qualquer atitude individual, exigência ou atividade desenvolvida no estágio, que infrinja os princípios e preceitos da profissão, alicerçados no projeto ético-político, no projeto pedagógico do curso e/ ou nas normas institucionais do campo de estágio; 3 Apresentar sugestões, proposições e pedido de recursos que venham a contribuir para a qualidade de sua formação profissional ou, especificamente, o melhor desenvolvimento de suas atividades; 4 Agir com competência técnica e política nas atividades desenvolvidas no processo de realização do estágio supervisionado, requisitando apoio aos supervisores, de campo e acadêmico, frente a um processo decisório ou atuação que transcenda suas possibilidades; 5 Comunicar e justificar com antecedência ao supervisor acadêmico, ao supervisor de campo e/ou ao coordenador de estágios, conforme o caso, quaisquer alterações, relativas a sua frequência, entrega de trabalhos ou atividades previstas; 6 Apresentar ao coordenador de estágio, no início do período, atestado de vacinação, no caso de realizar seu estágio em estabelecimento de saúde; 7 Realizar seu processo de estágio supervisionado em consonância com o projeto ético-político profissional; 8 Reconhecer a disciplina de Estágio Curricular em Serviço Social como processo e elemento constitutivo da formação profissional, cujas estratégias de intervenção constituam-se na promoção do acesso aos direitos pelos usuários; 9 Participar efetivamente das supervisões acadêmicas e de campo, tanto individuais como grupais, realizando o conjunto de exigências pertinentes à referida atividade; 10 Comprometer-se com os estudos realizados nos grupos de supervisão de estágio, com a participação nas atividades concernentes e com a documentação solicitada. (ABEPSS, Política Nacional de Estágio, 2009).

Diante do exposto, o estabelecimento de ensino e a instituição cedente do estágio devem estar preparados para atenderem as exigências contemporâneas do desenvolvimento e expansão do modo de produção capitalista, buscando superar os impasses impostos por elas. Isto significa formar os discentes com uma visão de mundo crítica e humanística para entender a lógica e acessar o mercado de trabalho e, paralelamente, realizar suas atribuições mediando as conexões existentes entre as dimensões que se complementam. Logo, as instâncias apresentadas instrumentalizam a formação profissional numa relação dialética entre cientificidade acadêmica com a realidade social. Assim conforme o artigo 2º em seu parágrafo único,

Para sua realização[estágio supervisionado], a instituição campo de estágio deve assegurar os seguintes requisitos básicos: espaço físico adequado, sigilo profissional, equipamentos necessários, disponibilidade do supervisor de campo para acompanhamento presencial da atividade de aprendizagem, dentre outros requisitos, nos termos da Resolução CFESS nº 493/2006, que dispõe sobre as “condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social”. (RESOLUÇÃO CFESS, nº 533 2008).

É fato notório que, as organizações representativas do Serviço Social<sup>30</sup> é um dos pilares que ostenta a formação profissional, exercendo uma fiscalização sobre a relação da unidade de ensino acadêmico com o lócus de estágios, o qual permite as vivências da realidade social. Além disso, as instâncias representativas do Serviço Social desenvolvem eventos que fomentam debates e reflexões críticas sobre o processo de formação profissional, vislumbrando o fortalecimento do projeto ético-político, e condutas éticas na práxis profissional, rompendo dessa maneira com as práticas fiscalizadoras e auxiliando no processo formativo e investigativo da profissão.

Isto posto, percebe-se que há uma relação de complementaridade entre os segmentos que contribuem para o processo pedagógico da prática de ensino e aprendizagem em Serviço Social, numa tentativa de construir novos saberes para consolidar a materialização do exercício profissional. Pois,

A partir das responsabilidades assumidas e das ações desencadeadas nos processos de Supervisão pelos sujeitos partícipes diretos (supervisor, supervisionado, unidades de ensino, entidades da categoria), espera-se que possam ser capazes de materializar o projeto profissional, enquanto uma mediação que venha a contribuir para a construção de outra sociabilidade que assegure a emancipação humana. Como diz Lukács: (LUKÁCS, 2007, p. 72) “O homem criador responsável por seu próprio destino determina o destino da Humanidade” (GUERRA e BRAGA, 2009, p. 565).

Destarte, as unidades de ensino superior junto com instituição cedente do estágio atrelada aos demais pilares de sustentação da formação profissional, devem proporcionar uma experiência de estágios e de supervisão de estágio riquíssima em aporte teórico, ético e político para viabilizarem uma formação crítica, qualificada e continuada, que refletirá decisivamente no exercício profissional. Portanto, o estágio curricular obrigatório é um mecanismo pedagógico do ensino técnico-operativo que colabora na dimensão formativa, e, por conseguinte, requer a construção de bases formais que balizem as diretrizes da relação de estágios. Pois,

---

<sup>30</sup> Compete aos Conselhos Regionais de Serviço Social a fiscalização do exercício profissional do assistente social supervisor nos referidos campos de estágio. (**Parágrafo 6º**, artigo 1º, Resolução CFESS, n° 533 2008).

São inúmeros os desafios profissionais e acadêmicos que se apresentam ao Serviço Social na atualidade, dentre os quais: 1) a exigência de rigorosa formação teórico-metodológica que permita explicar o atual processo de desenvolvimento capitalista sob a hegemonia das finanças e o reconhecimento das formas particulares pelas quais ele vem se realizando no Brasil, assim como suas implicações na órbita das políticas públicas e consequentes refrações no exercício profissional; 2) rigoroso acompanhamento da qualidade acadêmica da formação universitária ante a vertiginosa expansão do ensino superior privado e da graduação à distância no país; 3) a articulação com entidades, forças políticas e movimentos dos trabalhadores no campo e na cidade em defesa do trabalho e dos direitos civis, políticos e sociais; 4) a afirmação do horizonte social e ético-político do projeto profissional no trabalho cotidiano, adensando as lutas pela preservação e ampliação dos direitos mediante participação qualificada nos espaços de representação e fortalecimento das formas de democracia direta; 5) o cultivo de uma atitude crítica e ofensiva na defesa das condições de trabalho e da qualidade dos atendimentos, potenciando a nossa autonomia profissional. Um caminho fértil nessa direção é recuperar para a análise de nosso tempo o profícuo estilo de trabalho de Marx: uma forte interlocução crítica com o pensamento de diferentes extrações teóricas elaborado em sua época; e uma efetiva integração com as forças vivas que animam o movimento da classe trabalhadora em suas distintas frações e segmentos. (IAMAMOTO, 2009, p. 43).

Evidencia-se, aí, que o assistente social deve estar preparado de forma técnica, política e teoricamente para sanar as demandas sociais e fornecer atendimento aos usuários de qualidade, pois a precarização do ensino e aprendizagem dos sujeitos em formação, acarretará em prejuízo no processo pedagógico de formação e, consequentemente, na práxis profissional. Nesta direção, é extremamente necessário salvaguardar os requisitos fundamentais que compõem a dimensão formativa em Serviço social.

Portanto, o processo de supervisão e o estágio supervisionado devem possibilitar e/ou ratificar os princípios e preceitos da profissão; a materialização do projeto ético-político; conhecimentos das normas institucionais dos campos de estágios e as relações de poder existentes; reconhecimentos das manifestações da questão social e, consequentemente, formas para enfrentá-las. Em suma, a supervisão de estágios propositiva e embasada nas três dimensões deve contribuir para a formação profissional integral e qualificada dos/as assistentes sociais.

## **4 SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA UFRB: FORTALECENDO COMPROMISSOS E SUPERANDO DESAFIOS?**

### **4.1 A implantação do curso de Serviço Social e a operacionalização do Estágio na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**

Neste capítulo e nos subseqüentes tópicos, adota-se uma abordagem reiterativa com os capítulos anteriores numa perspectiva de reafirmar ou negar as fundamentações teóricas apresentadas. Apresenta-se como fontes empíricas, o resultado do processo de análise dos dados coletados na pesquisa de campo - a partir da aplicação de questionários e entrevistas semi-estruturadas com membros que compõem a coordenação do curso de Serviço Social, os supervisores de campo e acadêmicos, e os respectivos supervisionados, assim como conversas informais com os discentes e professores da UFRB - visto cooperar na compreensão e reflexão sobre o objeto de estudo investigado. Trata dos diversos processos acerca das vivências e experimentações do saber fazer profissional de três campos de estágios, com os membros envolvidos no processo de supervisão de estágios.

Estes campos de estágios foram selecionados, primeiro, porque em tempo hábil, todos os membros que compõem a tríade da supervisão de estágios aceitaram participar da pesquisa; o segundo elemento, a localização geográfica dessas unidades concedentes de estágios, pois possibilitou estabelecer contato e diálogo entre as partes envolvidas no estudo; fatores preponderantes para a concretização deste trabalho.

Cabe ainda esclarecer que a UFRB possui credenciamento com vários e distintos campos de estágio<sup>31</sup> que deverão propiciar a apreensão prática da práxis profissional dos assistentes sociais, como a assistência social (Secretarias Municipais de Assistência Social, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS); grupo de pesquisa e extensão em Serviço Social; área de saúde: hospitais, clínicas, maternidades, secretarias de saúde, central de regulação de exames, Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e Centro de Apoio Psicossocial (CAPS); Educação:

---

<sup>31</sup> As informações e dados gerais sobre processo de estágios não foram fornecidos pelo colegiado de Serviço social da UFRB.

universidades públicas e particulares; segurança pública: presídios, instituições de atendimento a adolescentes em conflito com a lei.

Merece destaque que, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para existir, contou com um programa de apoio, o plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)<sup>32</sup> instituído pelo decreto Nº 6. 096 de 24 de abril de 2007, pertinente a política educacional do país, cujo intuito é a expansão do ensino superior público no Brasil. Contudo, projeto de expansão das universidades, contraditoriamente, trouxe implicações e flexibilização do ensino, vislumbrando atender às demandas da lógica de mercado. Desse modo, também foram instituídas a partir do REUNI a Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e a Universidade Federal do Pará (UFPA). Vale ressaltar que se trata de um projeto permeado pela lógica neoliberal, cujos pressupostos legitimam e encorajam a ascensão do mercado sob a égide capitalista.

Acresce-se a estas informações que diversas tentativas e encaminhamentos documentais foram enviados à Presidência da República, ao Ministério da Educação e ao Congresso Nacional, para que então surgisse a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). De modo mais específico, a universidade em questão teve sua origem a partir de um desmembramento da Escola de Agronomia, até então um do campus da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia inaugura suas atividades em julho de 2006, sendo a segunda instituição pública de ensino superior no estado. Em consideração às potencialidades do recôncavo, demonstradas em seus expressivos valores culturais, materiais e territoriais, é possível afirmar que a implantação desta Universidade está corroborando propositivamente para o desenvolvimento desta região. Desse modo,

A missão da UFRB é exercer de forma integrada e com qualidade as atividades de ensino, pesquisa e extensão, buscando promover o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de cidadãos com visão técnica, científica e humanística, propiciando valorizar as referências

---

<sup>32</sup> REUNI, programa responsável pela expansão da oferta de vagas e/ou criação de novos cursos universitários, além da fundação de novas universidades federais no interior do Brasil, em que surge a mais nova universidade brasileira: a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. (PEREIRA, 2012, p. 7). Cabe apontar que não adensa-se nas diretrizes que preconizam o projeto REUNI, no entanto pode-se recorrer aos autores Dhamer e Netto a respeito dessa temática.

das culturas locais e dos aspectos específicos e essenciais do ambiente físico e antrópico. (UFRB, 2013)<sup>33</sup>.

Em seu quadro organizacional a UFRB abarca às Pró-reitorias de Gestão de Pessoal (PROGEP), Administração (PROAD), Extensão (PROEXT), Graduação (PROGRAD), Pesquisa e Pós Graduação (PRPPG) Planejamento (PROPLAN), e a de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE). Cada órgão com finalidades e objetivos específicos<sup>34</sup>.

A unidade, sede da UFRB, situa-se no município de Cruz das Almas subdividida em dois centros: o de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas composto por nove cursos de graduação e onze de pós-graduação e o de Ciências Exatas e Tecnológicas, viabilizador de quatro cursos de graduação. Ademais, a universidade possui outros centros em diversas cidades. Como exemplo, em Santo Antônio de Jesus há o Centro de ciências da saúde disponibilizando quatro cursos; Amargosa com o Centro de Formação de Professores, ministrando sete cursos de graduação e três de pós-graduação, e, em Cachoeira, o Centro de Artes Humanidades e Letras – CAHL. Neste Centro são oferecidos oito cursos de graduação, uma pós- graduação em Ciências Sociais e, mais recentemente, deflagra-se no curso de História o mestrado. Dessa forma, é notório que trata-se de uma universidade multicampi<sup>35</sup>, com autonomia nos aspectos administrativos, patrimonial, financeiro e didático pedagógico. A referida instituição de ensino organiza-se tendo por base,

(...) os princípios da Cooperação com o desenvolvimento socioeconômico, científico, tecnológico, cultural e artístico do Estado e do País, compromisso com o desenvolvimento regional, criação de marcos de reconhecimento social, oriundos dos serviços especiais prestados no atendimento da população, Gestão participativa, uso de novas tecnologias de comunicação e de informação, equidade nas relações entre os campi, desenvolvimento de um ambiente capaz de viabilizar a educação à distância, processo de

---

<sup>33</sup> A título de esclarecimento, a informação no site da UFRB não tem o ano de publicação, logo ano apresentado é referente ao acesso, assim ademais citações relacionadas a esta instituição.

<sup>34</sup> Os elementos históricos sobre a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia foi construído com a colaboração acadêmica de Michele Mota Souza, graduanda do VIII período de Serviço Social da referida universidade.

<sup>35</sup> O modelo multicampi da UFRB tem como objetivo principal explorar o potencial socioambiental de cada espaço do recôncavo, bem como servir de pólo integrador, com centros de estudos nas diversas áreas do conhecimento, explorando as culturais locais, com aspectos específicos e essenciais da sua organização social e do meio ambiente. (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRB, 2007?, p.6).

avaliação institucional permanente e a adoção de políticas afirmativas de inclusão social. (UFRB, 2013).

No Campus de Cachoeira, a princípio funcionavam os cursos Comunicação, História e Museologia, entretanto com o processo de expansão do Centro de Artes, Humanidades e Letras ocorreu a criação do curso de Serviço Social, datado em 29 de março de 2007, sendo a primeira universidade<sup>36</sup> pública da Bahia a oferecer este curso, o que contribui, significativamente, para o ensino superior, pois esta Unidade de Formação Acadêmica baseia-se no tripé de ensino, pesquisa e extensão.

Em resumo, a criação do curso de Serviço Social vem responder a necessidades históricas da região do Recôncavo da Bahia, sendo de importância fundamental para o Estado, que, dessa forma, acolherá o primeiro curso dessa natureza oferecido por uma instituição pública de ensino superior. Espera-se que a sua instalação oportunize a formação de competência técnica capaz de responder às exigências de execução das políticas sociais urgentes para a população residente na região. (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRB, 2007? p. 8).

A implementação do curso de Serviço Social na UFRB e, posteriormente, na UFBA possibilita o aprimoramento intelectual na graduação e na pós-graduação em Serviço social, sem a necessidade de deslocamento para outras regiões. Cabe ainda frisar que a implantação do curso de Serviço Social na UFRB está em consonância com as normativas e orientações da entidade representativa da mencionada categoria profissional. Na Bahia em linhas gerais, segundo os dados do MEC/INEP de 2011, apresenta 115 instituições de educação superior que entre presenciais e à distância proporcionam o curso de graduação. Desse conjunto, 8 são no âmbito público, sendo 04 federais e 04 estaduais, já na esfera privada existem 107 Unidades de Formação Acadêmica.

---

<sup>36</sup>Documentos revelam que a fundação da primeira Escola de Serviço Social do Estado da Bahia ocorreu no ano de 1944, no seio da Universidade Católica de Salvador – UCSAL. Processo esse que não difere do contexto nacional de fundação das primeiras escolas de Serviço Social, dada à estreita e histórica relação do Serviço Social com a Igreja Católica. A formação do profissional de Serviço Social, que se caracteriza pela sua capacidade de elaboração crítica e intervenção na questão social, deverá trazer benefícios consideráveis para população desta região, marginalizada pelo processo de reestruturação produtiva, e tão carente do ponto de vista socioeconômico. ( PEREIRA, 2012, p.3).

Conforme o MEC 2010<sup>37</sup>, no que tange as instituições que ofertam cursos de Serviço Social na Bahia na categoria presencial existe 12 no total, sendo 02 públicas (UFRB e UFBA) e 10 privadas. No que diz respeito ao Ensino à Distância, a somatória é de 09 IES, sendo 01 pública e 07 privadas, o que revela “[...] propostas neoliberais de desmantelar o setor público e de transformar a educação num negócio submetido à lógica de mercado”. ( Lewgoy, 2009, p.24), ou ainda, as IES públicas estão perdendo espaço para setor privado.

Nesta direção, são perceptíveis dentro da estrutura da UFRB esses impactos da reestruturação neoliberal, no tocante do quadro de recursos humanos a presença de prestadores de serviços temporários no segmento de segurança pública, assim como no processo de limpeza da instituição e na docência. Fator que expressa o processo de terceirização, subcontratações de serviços individuais, precarização, bem como desarticulação nas relações de trabalho o que dificulta as organizações da classe trabalhadora em prol de melhores condições salariais e de trabalho. Neste cenário apresentado, é evidente que o processo de operacionalizar o estágio supervisionado e supervisão de estágio perpassa por dificuldades.

Para ingressar no campo de estágio os discentes necessitam cumprir os componentes curriculares que são pré-requisitos, como Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social I, II e III, Ética Profissional, bem como necessitam estar regularmente matriculado(a) na disciplina de estágio supervisionado do curso de graduação em Serviço Social e, posteriormente, participar do processo seletivo promovido pelo colegiado do referido curso para inserir-se no campo de estágio credenciado a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

As disciplinas curriculares de estágio supervisionado obrigatório, preconizado no Projeto Pedagógico do Curso, são requisitos à conclusão do ensino superior, e iniciam a partir do 5º semestre até o 7º semestre, tendo uma carga horária totalizada em 392 horas, subdividida em: estágio supervisionado I com carga horária de 136 horas; estágio supervisionado II com carga horária 120 horas, e o estágio supervisionado III, composto com carga horária de 136 horas, sob a supervisão direta de dois profissionais assistentes sociais, sendo um lócus do estágio e outro professor acadêmico. Cabe salientar que devido as dificuldade de estabelecer vagas para a realização dos estágios, a UFRB adensou o estágio I e

---

<sup>37</sup> Os dados do MEC/INEP de 2011 não contêm informações sobre as instituições que ofertam curso de Serviço Social nas regiões e seus respectivos municípios, logo foram usados estes dados mais recentes.

II, sendo que majoritariamente os estágios supervisionados iniciam no 6º semestre. Com relação a esta situação a supervisionada 5 expressa, “Acredito que este processo de mudança de estágio prejudicou a formação profissional, porque sobrecarrega os estudantes de atividades e compromete o processo de vivência do estágio”.

O estágio supervisionado I propõe observação<sup>38</sup> participativa e conhecimento da realidade institucional, cujo objetivo é conhecer a dinâmica do trabalho do assistente social no espaço sócio-ocupacional e, conseqüentemente, das expressões da questão social existentes; estes fatores subsidiarão no processo de aproximação mais precisa da realidade da social. Com base nesse período de vivência na instituição de estágio podemos realizar as abordagens a seguir.

O estágio supervisionado II preconiza uma investigação social para realizar um diagnóstico sócio-organizacional acerca das demandas sociais e das refrações da questão social com a finalidade de elaborar o projeto de intervenção. Nesse sentido, ocorrem análises e aproximações sucessivas da realidade social na perspectiva de aguçar um olhar crítico sob as situações cotidianas. É sabido que durante a etapa do estágio é possível mapear as principais demandas tanto institucionais quanto dos demandatários dos serviços, mediante o auxílio das orientações da supervisão direta de estágios que segundo a Resolução de nº 038/2011, dispõe sobre a regulamentação de estágios obrigatórios e não obrigatórios dos cursos de graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia em seu art. 22 preconiza,

A orientação e a supervisão de estágios devem ser entendidas como assessoria dada ao discente por docentes e profissionais do campo de estágio de forma a proporcionar ao estagiário o pleno desempenho de ações, princípios e valores inerentes à realidade da profissão em que se processa a vivência prática. (Resolução de nº 038/2011, p. 13).

---

<sup>38</sup> Por *observação* entende-se o processo planejado e sistemático da utilização dos sentidos, para o conhecimento da realidade organizacional e as expressões da questão social nela presentes e/ou manifestas pelos usuários. (Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2007?, p.49, grifo original).

O estágio supervisionado III possibilita a intervenção<sup>39</sup> junto à população usuária, ou seja, é o momento de implementação da proposta de interventiva com os usuários atendidos pela instituição de estágio. Sendo assim, o estágio permite “ Desenvolver atividades que visam a aproximação do discente com a prática profissional” ( supervisionada 10), ou seja, o momento de concretização da pesquisa social, bem como da dimensão investigativa. Sendo assim, possibilita aos supervisionados a desenvolverem o processo de intervenção na realidade social.

Assim, “o estágio define-se enquanto um processo de aprendizagem sócio-profissional” (supervisionada 4), e as atividades do estágio supervisionado em Serviço Social “(...) tende a favorecer o aluno quanto à percepção crítica da realidade” ( ORTIZ, 2013, p.121) a partir da vivência efetiva de circunstâncias concretas do saber-fazer profissional dos assistentes sociais, os quais atuam nas expressões da questão social numa perspectiva de garantir direitos assegurados nas legislações.

A construção de um manual da política de estágio supervisionado do curso de Serviço social da UFRB é fundamental, pois, constitui um respaldo legal para a categoria profissional no exercício do estágio e da supervisão de estágio, bem como nortear todos os sujeitos que participam da operacionalização dos estágios supervisionados. Assim, a política de estágio fornece os procedimentos em linhas gerais da dimensão teórica e prática desse componente curricular. Nesta acepção, estabelece os papéis e as responsabilidades dos supervisores e supervisionados; as condições de credenciamento dos campos de estágio; os critérios para o ingresso do estudante no estágio supervisionado; seleção dos estudantes para os campos de estágios; estabelecimento de convênio entre as partes do ensino acadêmico e a unidade concedente de estágio; dispõe os fundamentos éticos e legais para operacionalização do estágio; os instrumentais pedagógicos para o processo de ensino-aprendizagem do estágio supervisionado; especifica a carga horária do estágio e frequência da supervisão de campo e acadêmica, ou seja, todos os procedimentos que envolvem o desenvolvimento do processo de estágio e supervisão do estágio.

---

<sup>39</sup> Por *intervenção* entende-se um conjunto de técnicas, habilidades e recursos utilizados pelo profissional, para efetivar seu exercício profissional junto a indivíduos, grupos e comunidades. ( Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia 2007?, p.57, grifo original).

É inegável a necessidade e a urgência de instituir um manual com os procedimentos referentes ao processo de estágio da UFRB e o núcleo de estágio supervisionado permanente de Serviço Social, haja vista a garantia da qualidade no processo de formação profissional dos discentes, bem como contribui na formulação de estratégias e propostas de trabalho com relação à gestão do estágio supervisionado e, conseqüentemente, da supervisão de estágio.

#### **4.2 O estágio supervisionado e a supervisão de estágio: avanços e desafios à materialização do projeto ético-político profissional do Serviço Social**

O pressuposto norteador do nosso objetivo é analisar a experiência de estágios supervisionados e das supervisões de estágios na perspectiva de verificar a relação entre estagiário, supervisor de campo, supervisor acadêmico, e como a tríade enfrentou as dificuldades para efetivar a formação profissional. Sendo assim, quais foram os contributos da supervisão, bem como do estágio curricular para a dimensão formativa.

Em face do exposto, alguns aspectos e questões se impõem sobre a supervisão de estágio, visto refletir sobre a temática: Qual o seu ponto de vista sobre estágio e de supervisão? Houve planejamento conjunto para a elaboração do plano de estágios e para a realização da Supervisão acadêmica? O que representou a supervisão pra sua formação profissional ? O que representou o estágio na sua formação profissional? Quais são os avanços e os desafios da formação profissional comprometida com princípios do projeto ético- políticos do Serviço Social? Quais as principais problemas e facilidades enfrentadas no estágio e na supervisão de estágio? Quais as estratégias empregadas no enfrentamento dessas dificuldades pelo supervisor/ supervisionado?

Nesta dinâmica de estudo, cabe esboçar que duas pessoas enviariam os questionamentos via email (estagiária e membro da coordenação do colegiado), e dez pessoas foram entrevistadas entre elas, três supervisoras de campo, duas supervisoras acadêmicas e seis estagiárias. Com relação ao perfil dos supervisionados, são todas do sexo feminino; com prevalência de faixa etária entre 22 a 27 anos de idade; sendo que seis são solteiras e uma casada; dentre as pessoas entrevistadas, 5 delas realizam atividades laborativas remuneradas,

expressando sua condição de estudante-trabalhadora; 4 desses estagiários necessitam se deslocarem tanto para o estabelecimento de ensino como para os campos de estágios. Quanto ao perfil dos supervisores de campo e acadêmico, são todas do sexo feminino; a faixa etária varia entre 36 a 40 e de 46 a 50 anos de idade; e, 4 das profissionais entrevistadas são oriundas de universidade de natureza pública, e possuem vasta experiência atuando como assistente social, fato que denota uma gama de conhecimento profissional.

Segundo os pesquisados, a supervisão de estágio vinculada ao estágio permite averiguar as facilidades e os limites postos ao profissional do Serviço Social para executar suas atribuições e legítimas competências, ou seja, os assistentes sociais em sua prática profissional defrontam-se com barreiras institucionais, interprofissionais. Enfim, com condições concretas que impendem ou comprometem algumas ações imediatas do profissional, evidenciando a relativa autonomia dos assistentes sociais. Contudo, o profissional pode contribuir de alguma forma nas demandas apresentadas. Pois,

Orientar o trabalho profissional no rumo aludido requisita um profissional culto e atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de formular, avaliar e recriar propostas ao nível das políticas sociais e da organização das forças da sociedade civil. Um profissional informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais. Mas também um profissional versado no instrumental técnico-operativo[...] (IAMAMOTO, 2001, p. 144 apud COUTO, 2009, p.656).

Nos depoimentos das experiências da tríade da supervisão, fica expressa a relevância do processo de estágio e da supervisão de estágio. O primeiro é compreendido como “(...) momento em que o estudante tem contato com a prática profissional”. (supervisionada 11) enquanto a segunda categoria, “configura-se como momento de recíproca troca de conhecimentos, quer seja no âmbito da supervisão acadêmica ou de campo”. (supervisionada 9).

O estágio no curso de Serviço Social possui como um dos seus principais objetivos propiciar a(o) discente estabelecer relação entre a realidade do trabalho profissional (é a sua inserção no espaço sócio ocupacional do profissional) e os conhecimentos nas dimensões teórico metodológica, ético político, e acima de tudo técnico-operativa. Com essa inserção o estudante de Serviço Social terá possibilidade de desenvolver competências necessárias ao exercício profissional futuro, bem como reafirmar os compromissos estabelecidos no projeto ético político profissional como: defesa do pluralismo, defesa intransigente dos direitos humanos e defesa de

uma outra ordem societária, diferente da que vivemos sob hegemonia do capital. (supervisor acadêmico ).

Em resumo, as concepções sobre supervisão e estágios apontam para o desenvolvimento do saber-fazer profissional, espaço que propicia vivenciar os limites e as possibilidades na atuação do Serviço Social, amadurecimento das três dimensões fundantes da intervenção profissional, lócus de negociar e discutir ações que atendam as demandas dos sujeitos que procuram o profissional, bem como ampliação da postura profissional comprometida com a defesa dos direitos.

Reafirma-se, pois, que os supervisores de campo e acadêmicos possuem uma ampla experiência prática profissional como assistentes sociais, entretanto, no que diz respeito à atribuição de supervisão de estágios, as supervisoras de campo, apontam a necessidade da UFRB enquanto estabelecimento de ensino atrelado à unidade concedente de estágios realize eventos teóricos-práticos, assessoria, cursos de formação de supervisores, ou seja, atividades que contribuam para o aprimoramento intelectual e especialização dos supervisores. Para Buriolla 1996, “a supervisão requer um profissional que tenha competência e domínio das particularidades e habilidades inerentes à ação supervisora”.

Neste contexto, as supervisoras de campo revelam que se preparam para prática de supervisão de estágios através da “ experiência pessoal, leitura e boa vontade em ver outros crescerem” ( supervisora de campo), e aceitaram essa desafiante tarefa por considerar as dificuldades de encontrar campos de estágios, e pelo fato de acreditar que o processo de supervisionar pode contribuir teoricamente em sua atualização profissional. Portanto,

Há necessidade de você estar em contato com a supervisora de estágio da universidade, tivemos alguns contatos, mas eu sentir a necessidade de ter mais contato, porque se não, a gente sobrecarrega. Porque na medida em que elas[ supervisoras acadêmicas] não vêm para o campo, sobrecarrega quem está aqui no campo, há a necessidade de estarmos mais próximos. Entendo as limitações delas, entendo as atividades na universidade, mas as alunas são delas, não são minhas. Eu estou fazendo o papel de profissional passando para as meninas minha atuação, embora discutissem a parte teórica. (supervisora de campo).

Os pesquisados informam que, o processo de estágio nos referidos campos de estágios ocorreu havendo um distanciamento entre os supervisores de campo e acadêmico. Assim, os

supervisores de campo juntamente com os supervisionados requerem a presença sistemática e constante dos supervisores acadêmicos nos campos de estágios, para promover assessorias, acompanhamentos e orientações com relação às atividades a serem desenvolvidas, assim como, quais competências e habilidades devem ser priorizadas no processo de formação dos futuros assistentes sociais. Pois,

(...) objetivando o melhor planejamento das atividades relativas ao estágio e ao processo de supervisão em si, a construção de plano de estágio<sup>40</sup> se mostra estratégico. Tanto quanto o programa da disciplina, o plano de estágio possui significativa relevância no processo de supervisão, à medida que é capaz de prever e organizar as atividades do estagiário, conduzir o processo de supervisão e avaliar o rendimento e a apreensão dos conteúdos por parte do aluno estagiário ao longo de seu estágio. Para tanto, é fundamental na elaboração de um plano de estágio que o supervisor conheça o currículo pleno da unidade de ensino e o perfil que se pretende formar; identifique as prioridades acadêmicas e as de campo; e, se possível, que esse seja produzido a partir da interlocução entre diversos atores que comparecem nessa relação: aluno, supervisor e professor. (ORTIZ, 2013, p. 126).

Assim, nos casos onde não há entre as partes supervisor/estagiário/ professor um planejamento para os processos de estágios e a supervisão direta nos campos de estágios, nota-se uma desintegração, bem como desinformação entre a Unidade de Formação Acadêmica com a instituição concedente de estágios. Estes fatores podem prejudicar o processo de formação dos discentes do curso de Serviço social da UFRB.

Conforme a supervisionada 12, “O estágio é um processo de ensino-aprendizagem para o discente, e de troca de saberes e experiências entre os próprios estudantes, supervisores

---

<sup>40</sup> Além dos dados necessários à qualificação do estágio em si, recomenda-se que um plano de estágio seja capaz de identificar a função do estágio e seu papel para a formação profissional; como deve se estabelecer a relação entre supervisor/aluno/professor; o que espera do estágio atual, considerando a vivência anterior do aluno estagiário e/ou do supervisor; e como pretende estabelecer a relação com a unidade de ensino. Além disso, recomenda-se que um plano de estágio explicito o que caberá ao aluno conhecer mais profundamente no campo e com quais objetivos, assim como quais leituras serão feitas para aprimorar o rendimento do aluno no campo de estágio e quais ações serão desenvolvidas e/ ou quais propostas se pretende encaminhar para otimizar o atendimento a população usuária. Ademais, é igualmente necessário que o plano de estágio revele as formas de avaliação do aluno e sua relação com a unidade de ensino. (ORTIZ, 2013, p. 126).

de campo e acadêmico”. Dessa maneira, os estágios supervisionados juntamente com a supervisão de estágios formam um espaço que consente o constante exercício do processo ensino-aprendizagem, entre os supervisores de campo, acadêmicos e com os sujeitos em processo de formação profissional, que sob orientação periódica, fomentam a natureza investigativa, interventiva, indagações e busca ativa pelo conhecimento crítico da realidade, produzindo resultados significativos para a formação profissional.

A intencionalidade e preocupação central é conduzir uma discussão reflexiva crítica que implique em averiguar como as condições concretas e subjetivas das vivências da tríplice da supervisão de estágio contribuíram para o alcance do projeto ético-político<sup>41</sup>. Neste intento, alguns questionamentos foram relacionados para nortear a reflexão, quais são os avanços e os desafios da formação profissional compromissada com princípios do projeto ético- políticos do Serviço Social? No processo de supervisão, que competências e habilidades são estabelecidas como prioridade na formação dos seus supervisionados? Qual a importância das dimensões teórica-metodológica, ético- político e técnico- operativa no processo de formação profissional? Considerações sobre o processo de estágio e a supervisão em Serviço social da UFRB.

Partindo do princípio de que, o amadurecimento intelectual da produção teórica do Serviço Social juntamente com os determinantes históricos, sociais e políticos foram fatores preponderantes para a elaboração do projeto ético- político. Prontamente, “trata-se (...) de um projeto indissociável da democracia, da equidade, da liberdade, da defesa do trabalho, dos direitos sociais e humanos, contestando discriminações de todas as ordens”. (IAMAMOTO, 1999, p. 19 apud CFESS, 2002/2005, p.51), por conseguinte, compartilha deste ponto de vista Netto ao afirmar,

---

<sup>41</sup> (...) a construção propriamente dita do projeto data da passagem dos anos 1970 para os 1980, no Brasil, quando, perante a ditadura militar e a efervescência dos movimentos sociais, a busca de ruptura com o conservadorismo pôde se desenvolver com maior profundidade”. (CRESS, 2008, p.8). Já segundo Reis, (...) A chegada entre nós dos princípios e idéias do *Movimento de Reconceituação* deflagrado nos diversos países latino-americanos soma a voga do processo de redemocratização da sociedade brasileira formaram o chão histórico para a transição para um Serviço Social renovado, através de um processo de ruptura teórica, política (inicialmente mais político-ideológica do que teórico-filosófica) com os quadrantes do tradicionalismo que imperavam entre nós. É sabido que, politicamente, este processo teve seu marco no III CBAS [Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais], em 1979, na cidade de São Paulo, quando, então, de forma organizada, uma vanguarda profissional virou uma página da história do Serviço Social brasileiro ao destituir a mesa de abertura composta por nomes de oficiais da ditadura, trocando por nomes advindos do movimento de trabalhadores. Este congresso ficou conhecido como o “Congresso da virada”. Pode-se localizar aí a gênese do projeto ético-político[...] (REIS, 2002, p.409, grifo original). Cabe salientar que são poucas produções teóricas e debate sobre o projeto ético-político.

Esquemáticamente, este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário<sup>42</sup> que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional. ( 1992? p. 15).

Seguindo esta linha de pensamento Reis (2005) sinaliza que, o projeto ético-político refere-se a um planejamento coletivo que engloba sujeitos individuais e grupais em busca da valorização éticas e políticas, sendo vinculados aos projetos societários. Portanto, é um mecanismo essencial dentro de uma categoria profissional para a difusão das idéias, estando assíduo no cotidiano dos assistentes sociais norteando as ações pertinentes do saber-fazer profissional (2005, p. 406-407). Nessa lógica de raciocínio, a supervisora de campo, expressa: “Embora o projeto ético-político não fique explícito a primeira vista em sua atuação, ele se faz presente na a atuação profissional dos assistentes sociais”. Notadamente, o projeto ético-político do Serviço social está inserido nas ações profissionais e, em benefícios de distintas pessoas da classe trabalhadora, estabelecendo compromissos com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Nessa acepção,

(...) o projeto ético-político do Serviço Social delinea um novo perfil profissional: um profissional crítico, comprometido ético e politicamente e com competência teórica e técnica capaz de, através de um processo contínuo de aprimoramento profissional, decifrar a realidade e propor ações na direção de uma sociedade sem dominação/exploração de classes, etnia e gênero”. ( CRESS, 2008, p. 09).

---

<sup>42</sup> Trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. Os projetos societários são projetos coletivos; mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos *macroscópicos*, como propostas para o *conjunto* da sociedade. Somente eles apresentam esta característica – os outros projetos coletivos (por exemplo, os projetos profissionais, [...]) não possuem este nível de amplitude e inclusividade. ( NETTO, 1992? p. 2, grifo original).

Em síntese, a estrutura do projeto ético-político engloba valores fundamentais, tendo a *liberdade* como categoria primordial, pelo fato de designar possibilidades de escolhas diante das situações concretas, pois entendem os indivíduos, como sujeitos detentores de direitos. Logo, a liberdade se correlaciona imanentemente com autonomia e a emancipação, ocasionando a tomada de decisão e, levando em consideração a vontade dos sujeitos; *a defesa intransigente dos direitos humanos*, nesse sentido, busca-se uma atuação profissional pautada na generalização dos acessos aos bens e serviços, trilhando o caminho com vistas à consolidação dos direitos plenos, a equidade bem como com a justiça social; *democratização* nas ações, promovendo à participação popular, assim como, a distribuição das riquezas produzidas dentro da sociedade; *comprometimento com a formação profissional* no que tange o desenvolvimento de competências e habilidades e, principalmente a análise crítica da realidade; e por fim *compromisso com a qualidade dos serviços prestados* a população usuária, sendo necessária a articulação entre as entidades e os mandatários dos serviços.

Evidencia-se um projeto ético-político com direção social e política em contraposição com a ordem vigente, que é formada com base na individualidade, competitividade, na acumulação flexível e constantes lucros, deixando às margens da economia a força de trabalho considerada descartáveis, e, estes, ficam desprovidos ou com acesso deficitário dos serviços básicos. Logo, “(...) os projetos societários que respondem aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas sempre dispõem de condições menos favoráveis para enfrentar os projetos das classes proprietárias e politicamente dominantes”. (NETTO, 1992? p.5). Sendo assim,

O ponto de partida da análise é o de que a luta pela afirmação dos direitos é hoje também uma luta contra o capital, parte de um processo de acumulação de forças para uma forma de desenvolvimento social, que possa vir a contemplar o desenvolvimento de cada um e de todos os indivíduos sociais. Esses são, também, dilemas do Serviço Social. (IAMAMOTO, 2009, p.16).

Por essa razão, a atuação do Serviço Social perpassa por grandes desafios exógenos, mas em destaque os endógenos, que decorre de tensões dentro da categoria profissional por não apresentar uma unidade identitária. Assim, “(...) o projeto ético- político do Serviço Social não implica ver esta profissão como unidade identitária”. (BOSCHETTI, 2004, p.118).

Nesta direção, há múltiplas divergências com relação à corrente teórica de pensamento, postura profissional, expectativas sociais e ideológicas, ou seja, um campo complexo de contradições. A saber,

Mais exatamente, todo corpo profissional é um campo de tensões e de lutas. A afirmação e consolidação de um projeto profissional em seu próprio interior não suprime as divergências e contradições. Tal afirmação deve fazer-se mediante o debate, a discussão, a persuasão – enfim, pelo confronto de idéias e não por mecanismos coercitivos e excludentes. Contudo, sempre existirão segmentos profissionais que proporão projetos alternativos; por consequência, mesmo um projeto que conquiste hegemonia<sup>43</sup> nunca será exclusivo. ( Netto, 1992? p.5).

Reafirma-se, pois, que este projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está intrinsecamente ligado a um projeto de transformação e construção de uma nova ordem social, buscando consolidar ações profissionais em benefício da promoção, proteção e reparação de direitos, emancipação e a plena expansão dos sujeitos. Contudo, considera-se audacioso este processo de superação da ordem vigente, logo assinalar-se os limites do projeto ético- político,

É fato que todos os profissionais que estão tanto na área acadêmica como na área prática da profissão mesmo enquanto assistente social e não só enquanto professor, todos estão compromissados com os princípios do projeto ético-político. Quando se fala do nosso projeto ético-político profissional se fala de que? Se fala que nosso projeto profissional está voltado para a transformação social, essa é uma transformação baseada numa perspectiva marxista, é transformar a sociedade, ou seja, é desconstruir o sistema capitalista que está e propor uma nova ordem societária. Aí eu pergunto, nós enquanto profissionais apenas e, como assistentes sociais temos como fazer isso? Não, não temos condições porque não se faz uma transformação, não se constrói uma ordem societária para se construir outra apenas a partir de uma profissão, apenas a partir de uma classe, que no caso é o assistente social. (supervisora acadêmica).

---

<sup>43</sup> Se buscarmos compreender o conceito de hegemonia, veremos que sua definição é ampla o suficiente para comportar diferentes interpretações. No entanto, ela é precisamente clara numa questão: não se confunde com supremacia, nem tão pouco com a maioria. Além de pressupor dimensões muito mais qualitativa que quantitativas. Em termos gramscianos, a palavra significa prevalência ( ou predomínio) de uma vontade coletiva ( ou de um interesse público)- o que supõe a necessária conexão a um projeto societário- sobre as demais vontades coletivas (ou projetos coletivos), considerando a coexistência democrática entre elas. ( CFESS, 2007, p. 5).

As autoras Menezes e Lutosa confirmam os argumentos anteriores ao declarem que,

Mesmo reconhecendo os limites de um projeto dessa natureza para a superação do ordenamento burguês, também percebermos que novas (e não alternativas) propostas de políticas sociais, a luta pela universalização e melhor qualidade das políticas públicas em geral, a ampliação de fato dos direitos sociais, o comprometimento com os movimentos sociais e com as reivindicações das classes trabalhadoras não se efetivam sem aportes teóricos e práticos da corrente crítica do pensamento social. (2013, p. 106).

Nesta direção, propositivamente no processo de aprimoramento intelectual e profissional dos discentes e assistentes sociais, os quais se deparam com os desafios de potencializar o processo de formação profissional é extremamente necessário perfilhar de referencial teórico-metodológico crítico, pois “(...) a orientação teórica do ensino da prática que privilegia a *totalidade* como método de análise da sociedade burguesa é a **única** possibilidade para a consolidação do projeto ético-político”. (Ibidem – ibid, grifo original).

É importante salientar que, os entrevistados consideram que, o assistente social ao agir individualmente desenvolvendo uma práxis profissional atrelada as suas reais atribuições e comprometido com os princípios fundamentais da categoria profissional, ou seja, assumindo seus compromissos perante os projetos coletivos, substancialmente contribui para fortalecer o projeto ético-político. Pois, na medida em que se desenvolvem projetos alicerçados na dimensão ética e política visando atender as demandas das classes potencializa o compromisso do referido projeto.

Assim, é importante sinalizar que, os pesquisados de modo geral, sustentam a relevância da indissociabilidade entre a teoria e prática na execução das atividades de intervenção profissional nos campos de estágios, pois a prática fornece subsídios para a elaboração do aporte teórico, enquanto a teoria favorece na aquisição teórico-metodológico e ético-política para a intervenção dos assistentes sociais na defesa intransigente dos direitos, evidenciando que não devemos desvincular a teoria da prática e vice e versa. Nesta direção,

Como agente dizer que está desvinculado a teoria da prática, inicialmente não, quando cheguei [ no campo de estágio] eu disse aí meu Deus, eu vou ficar aqui preenchendo fichas que não tem nada a ver com meu estágio, mas

aí, quando eu fui pensar o projeto de intervenção, onde eu vou intervir? Como vou fazer? Eu percebi sim, que agente necessita muito da teoria para intervir na prática. ( supervisionada 7).

Dessa forma, as intervenções destes profissionais se materializam na perspectiva de viabilizar direitos fazendo uso dos instrumentais ( linguagem, escrita, escuta, pesquisa social, planos, programas e projetos, entre outros). Não obstante, os assistentes sociais encontram limites concretos no ato de intervir, mas a grande maestria está em desenvolver mecanismos que possam solucionar os problemas de forma mediata ou imediata.

A saber, os supervisionados revelam que os seus respectivos campos de estágios, favoreceram para o aprimoramento da competência teórica, técnica e operativa. Contudo, a última dimensão não foi plenamente operacionalizada no tocante do desenvolvimento dos instrumentais socioeconômicos, tais como: parecer, perícia e laudo social. Isto evidencia uma lacuna técnico-operativa no processo de formação dos discentes, que deverá ser sanada para não comprometer o exercício profissional, porque os estudos socioeconômicos/estudos sociais<sup>44</sup> é uma das competências do Serviço Social na viabilização dos direitos.

Assim, os estudos socioeconômicos são relevantes na avaliação dos limites e possibilidades do objeto de intervenção. Com base no enfoque da importância das dimensões teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativa para o processo de formação profissional, os supervisionados inferem que, “ As três dimensões são importantes porque possibilitam a atuação efetiva sem ferir a ética profissional e nem a violação dos direitos.” (supervisionada 3), corroboram com a sentença anterior ao declarar que “ As dimensões estão intimamente relacionadas, elas são fundamentais para não cair na falácia que na prática a teoria é outra”. (supervisionada 13).

Em suma, os estagiários compreendem que é essencial a articulação integrante entre as dimensões referidas, as quais mesmo apresentando diferenças através da relação dialética formam uma unidade, que qualifica o saber fazer da profissão, bem como favorece na operacionalização dos instrumentos e técnicas tanto teoricamente como na prática, evitando possíveis equívocos na instrumentalização do exercício profissional. Assim, vinculam-se ao

---

<sup>44</sup> De acordo com Mioto, os estudos socioeconômicos/estudos sociais, como toda ação profissional, consiste num conjunto de procedimentos, atos e atividades realizados e forma responsável e consciente. Contêm tanto uma dimensão operativa quanto uma dimensão ética e expressa, no momento que se realiza a apropriação pelos assistentes sociais dos fundamentos teórico-metodológico e ético-políticos da profissão em determinado momento histórico. ( 2009, p.487).

entendimento de Lewgoy que “(...) a formação do profissional está assentada na articulação das dimensões ética, teórico-metodológica e técnica”. (2009, p. 59).

O cenário apresentado ratifica as implicações ocasionadas pela reforma política educacional, como a contrarreforma do Estado que atua minimamente para as questões de interesses da esfera pública, solapando as IES públicas, ou ainda, promovendo um verdadeiro sucateamento dessas instâncias públicas, numa tentativa de fragmentar os projetos societários que visam contrapor o projeto neoliberal. Portanto, o Serviço Social ao pertencer classe trabalhadora assalariado perpassa por constantes desafios e embates políticos.

É relevante explicitar que a inserção dos estagiários no campo de estágio, mesmo diante das dificuldades possibilitou estabelecer relação entre conhecimentos adquiridos em sala de aula com a realidade das situações vivenciada no lócus do estágio; análise conjuntural da realidade; elaboração de projetos e artigos; realização de análise crítica do processo de produção e reprodução da vida social; respeito à ética profissional; saber recorrer aos conhecimentos científicos para encontrar instrumentais e solucionar de forma mediata ou imediata as manifestações da questão social; aproximação da teoria e prática, enfim estes são alguns dos contributos propositivos dessa longa jornada de vivencia nos campos de estágios.

Em contra partida, supervisionados assinalam a ausência de uma aproximação maior entre os sujeitos envolvidos na supervisão de estágios; lacuna na dimensão técnico-operativo, pelo fato de não participar de visita domiciliar, construção de parecer e relatório social; ausência de supervisão acadêmica coletiva e de fórum de supervisão de estágios para incentivar a interdisciplinaridade, e troca abrangente de experiências sobre os estágios entre os sujeitos envolvidos no processo; a universidade promove mais atividades teóricas do que práticas com relação ao saber profissional; houve em vários momentos a dissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio; o estagiário realiza na maioria das vezes atividades administrativas, e, dessa forma, é sobrecarregado com ocupações que são competências dos assistentes sociais.

Seguindo essa linha de raciocínio, relatam dificuldades financeiras para o deslocamento para os campos de estágios; conciliação entre jornada de trabalho com as atividades do estágio; elaboração do plano de estágio sem atuação da tríade de supervisão; morosidade tanto nos trâmites de formalização dos campos de estágio como posteriormente no processo de aceite formal da instituição concedente do estágio, fatores que culminaram para que uma parcela considerável dos estágios ocorressem no período de férias do semestre, e, inclusive, é necessário mais discussão teórica na disciplina de estágio supervisionado.

Quanto aos supervisores de campo as problemáticas enfrentadas com relação aos estágios e, conseqüentemente, nas supervisões foram à ausência de realização de supervisão conjunta entre professor/estagiário/ supervisor; interação presencial entre os supervisores; a ausência do supervisor de ensino no campo de estágios ou presença esporádica; faltam reuniões para sanar as dificuldades operacionais de estágios; limites institucionais que impedem algumas intervenções; precarização nas condições de trabalho dificultando uma atenção maior às supervisionadas; o espaço físico designado para profissional do Serviço Social não possui ambiente adequado para abordagens individuais ou coletivas, e, mesmo com as portas fechadas em alguns atendimentos a privacidade dos usuários fica comprometida, pois na estrutura organizacional da instituição não existe um local exclusivo para este profissional que acaba compartilhando o espaço sócio-ocupacional com os demais profissionais. Contudo, os supervisores sinalizam que é gratificante contribuir para o processo formativo dos discentes.

Por sua vez, os supervisores acadêmicos que, em seus depoimentos expressam que as supervisões acadêmicas dentro do estabelecimento de ensino são realizadas sem situações problemas, podendo ser semanalmente ou quinzenalmente depende da necessidade dos discentes. Mas, com relação à supervisão de visita ao campo de estágios, existem complexas e diversas situações problema, como dificuldade na abertura de campos de estágio, pois há uma disputa por vagas de estágios entre as IES privada e EaD; sobrecarga de trabalho dos professores que ministram aulas participa de grupo de pesquisa e extensão, realizam orientação de TCC, supervisionam estágios, bem como explicitam as questões pessoais que comprometem a disponibilidade de tempo, em especial, o processo de iniciação do doutorado.

Nesta direção, relatam que possui um quantitativo pequeno de professores envolvido em supervisão de estágios, havendo um número excessivo de supervisionados; a pulverização dos campos de estágios em diferentes cidades; ausência de transportes da universidade para o deslocamento aos campos de estágios; dificuldades para gerenciar tensão entre supervisor de campo e estagiários; a inexistência de uma coordenação de estágio; falta infraestrutura maior da universidade como um todo para um maior apoio aos colegiados dos cursos. Portanto, as supervisoras mencionam que as dificuldades enfrentadas comprometem a qualidade das supervisões de acadêmicas, mas, mesmo perante esse quadro apresentado buscam formar um profissional competente.

No processo de estágio supervisionado e supervisão de estágio da UFRB, em que pese, é fundamental o estabelecimento condições e procedimentos para o desenvolvimento do componente curricular obrigatório, tal configuração fica expressa tanto no discurso dos supervisionados quanto nos supervisores, categoricamente, sugerem e almejam o seguinte: solicitam revisão do processo de seleção do campo de estágio; a presença do supervisor de ensino antes e/ou no momento da inserção dos discentes no espaço sócio-ocupacional; acompanhamento efetivo do supervisor acadêmico nas atividades de estágios; participação do grupo de extensão da UFRB nos programas desenvolvidos na unidade concedente de estágio; fornecer um instrumental (declaração supervisora de campo ) reconhecendo atividade de supervisão de estágios para os profissionais de base, numa perspectiva de qualificar o currículo lates; ampliação dos campos de estágios; a isenção do discente nos campos de estágios de sua área de interesse; a vivência prática em distintos campos de estágios; desenvolver atividades que promovam a inserção dos supervisores de campo na acadêmica para o processo de reatualização teórica.

Portanto, os supervisionado, bem como as supervisoras sinalizam a necessidade da UFRB (re)pensar formas fornecer contributos para a dimensão formativa e informativa dos supervisores de campo com relação à prática e a teoria, assim pontuam, “Que os supervisores acadêmicos realizassem mais visitas aos campos de estágio, essa atitude melhoraria a relação entre todos ,e que a universidade oferecesse a contrapartida para os supervisores de campo”. (entrevistado 12).

Diante do apresentado, a supervisão de estágio alicerçada no estágio supervisionado deve reafirmar a importância do processo de planejamento para operacionalização dessas atividades imbuídas na formação e no exercício profissional, visto que planejar “ é um ato de pensar sobre um possível e um viável fazer.” (MENEGOLLA; SANT’ANA, 1996, p.17 apud ALCOFORO, 2009, p.745). Sendo assim, é o ato de sistematizar as ações a fim de averiguar de forma contínua os possíveis impasses que impossibilite alcançar o trabalho proposto. Destarte, o planejamento da ação é efetivo para apreensão da realidade e, conseqüentemente, das condições objetivas e subjetivas que englobam a realidade social. Todo esse processo forma um arcabouço de conhecimento que servirá de subsídios para enfrentar as dificuldades e operacionalizar as ações que potencializem o intento desejado. Desse modo, ratifica a relevância de atuação crítica com caráter político pautado nas questões éticas.

Portanto, a supervisão de estágio em Serviço Social é um mecanismo de fundamental importância para nortear as ações interventivas dos assistentes sociais numa perspectiva de garantir a ampliação dos direitos e caminhar em direção a impulsionar a participação popular na esfera pública em diferentes espaços. Sendo assim, o plano de ação do Serviço Social serve de parâmetros avaliativos para as tomadas de decisões na medida em que possibilita estabelecer os limites e as possibilidades da ação. Enfim, o trabalho coletivo do Serviço Social vinculado a outros projetos societários de luta e resistência pode contribuir fortemente para o processo de reafirmação da identidade profissional e no investimento da consolidação do projeto ético-político da profissão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário brasileiro atual tem imersamente favorecido os projetos societários que corroboram com a ordem competitiva vigente, numa direção de expansão da iniciativa privada em detrimento da ampliação e consolidação da esfera pública. Nesse sentido, os serviços essenciais que deveriam ser ofertados de forma universal e gratuita aos sujeitos de direitos são dispostos na lógica de mercado que transforma tudo em mercadoria, prevalecendo sempre a aquisição de lucros excedentes sem levar em consideração a qualidade dos serviços oferecidos.

Esse processo de ordenamento produtivo provoca mudanças e novas configurações na estrutura da sociedade, em destaque a redução do papel Estado, nas questões da esfera produtiva e social. Diante desse contexto, evidenciam-se transformações no mundo do trabalho e eclosão de diversas expressões da questão social, dentre as quais enfatiza-se o desemprego; precarização nas relações de trabalho e ensino; mercantilização dos serviços fundamentais; expropriações de direitos; terceirização; desorganização da classe trabalhadora; ampliação da exploração da força de trabalho; desmantelamento dos direitos sociais; entre outras manifestações da questão social, que fazem parte do cotidiano das intervenções dos assistentes sociais. Sendo assim, este profissional deve procurar conhecer de forma aprofundada os complexos que envolvem estes fenômenos da vida cotidiana, os quais se apresentam de forma aparente na realidade, e para superar essa representação caótica do real é fundamental o conhecimento teórico crítico.

Assim, o processo de formação dos discentes em Serviço Social da UFRB perpassa pelo constante desafio de construir o pensamento crítico e o desenvolvimento de uma postura investigativa, a fim de compreender e analisar a lógica da sociedade, das relações sociais e de poder, com vista a superar a arte da invisibilidade dos mecanismos de produção e reprodução das relações sociais da ordem competitiva.

Deste modo, no processo de formação dos assistentes sociais é altamente relevante estabelecer a relação entre teoria e prática, bem como a articulação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, relacionando-as de tal forma que uma não sobreponha a outra, pois cada dimensão possui especificidades e diferenciações. Desse modo, existe uma inter-relação de complementaridade entre elas, propiciando uma visão crítica da realidade social.

Notadamente, o estágio supervisionado e a supervisão de estágio são atividades teórico-práticas que possibilitam o fortalecimento das dimensões supracitadas, como também o amadurecimento da dimensão investigativa e interventiva, que se configuram como condição fundamental para formação e o exercício profissional. Sendo assim, é o lócus de aproximação do saber-fazer profissional, ambiente propício de ratificar e/ou aprimorar a capacidade de análise crítica e reflexiva da realidade social, ou seja, é um instrumento que viabiliza trocas de conhecimentos entre os sujeitos envolvidos professor/estagiário/supervisor.

São notórios os desafios enfrentados pela supervisão de estágio em Serviço Social no relevante papel de desenvolver a competência profissional atrelada aos princípios do projeto ético-político. Entretanto, é oportuno pontuar que ainda numa conjuntura adversa a este projeto da categoria profissional, deve-se investir em ações concretas com vista a promover horizontes que direcionem para o alcance do projeto ético-político, ou seja, atuar numa perspectiva de emancipação dos sujeitos procurando efetivar, defender e repor os direitos negados, bem como promover a integração dos sujeitos detentores de direitos nesse processo. Portanto, a atuação profissional dos assistentes sociais deve estar em consonância com os princípios estabelecidos pela categoria profissional. O trabalho desenvolvido nessa direção fortalece a materialização do projeto ético-político, sendo que o domínio científico crítico é o elemento preponderante para esse intento.

O estágio supervisionado e a supervisão de estágio em Serviço Social são pilares de sustentação da formação e do exercício profissional. E estes, mesmo sendo sucateados com o projeto neoliberal, que busca ampliar as ações que fortaleçam a lógica mercadológica e utilitarista, tem fornecido contributos para o processo formativo dos discentes da UFRB. Mas, é perceptível uma falta de infraestrutura da Unidade de Formação Acadêmica no processo de operacionalizar a dinâmica de estágio supervisionado, como também, uma desarticulação entre os supervisores de campo e acadêmicos, fatores que dificultam uma dimensão formativa de qualidade dos sujeitos em processo de formação profissional. Apesar disso, estes lócus de aprendizagem teórico-prática, e de vivência da práxis profissional devem ser planejados de tal forma a ultrapassar a idéia de cumprimento curricular, e potencializá-lo com vistas a esgotar todas as possibilidades de atuação.

É válido ressaltar que a proposta de estudo não pretende localizar um responsável para as dificuldades apontadas no processo formação profissional, mas sinalizar e refletir sobre as condições objetivas e subjetivas que implicam no processo de ensino e aprendizagem do

saber-fazer profissional dos futuros assistentes sociais, vislumbrando conjugar forças para enfrentar os desafios do atual cenário contemporâneo brasileiro.

Cabe sinalizar as limitações institucionais para desenvolver este trabalho, sendo elas, o difícil acesso aos sujeitos da pesquisa no segmento supervisores de campo e acadêmicos, devido à sobrecarga de atividades laborativas e, não obtive acesso aos relatórios técnico científico das experiências de estágios dos discentes da UFRB, a ata de reunião do colegiado de Serviço social e, nem acessibilidade a todos os instrumentais com relação aos campos de estágios, dificultando uma aproximação mais sucessiva com o objeto de estudo. Contudo, esse processo de elaboração favoreceu para ratificar a relevância da dimensão investigativa, na construção de novos conhecimentos bem como no aprimoramento da formação profissional.

É fato notório a necessidade de potencializar os estágios e paralelamente a supervisão de estágio em Serviço Social, com vistas atender as necessidades pedagógicas dos supervisores de campo e, principalmente, dos discentes, porque a precarização no processo de ensino e aprendizagem provoca defasagem na formação profissional, que refletirá posteriormente a atuação dos futuros assistentes sociais e, conseqüentemente, na qualidade do atendimento aos usuários com suas diversificadas manifestações da questão social.

Cabe frisar que o processo de potencializar a disciplina de estágio supervisionado deve partir primeiramente da esfera acadêmica, e, em seguida, adensar os discentes e supervisores de campo, com a finalidade de condensar estratégias coletivas para formalizar procedimentos e desenvolver condições práticas, a exemplo, cursos de formação de supervisores de campo, oficinas com relação à disciplina de estágio, fórum de supervisores, ou seja, ações que instrumentalizem a operacionalização dos estágios e da supervisão de estágios em Serviço social. Porque estes, não são espaços apenas de formação profissional, mas também de constituição de identidade profissional e de construção e reconstrução da atuação profissional, haja vista o assistente social estar preparado de forma ética, técnica e intelectualmente para intervir nas refrações da questão social.

Portanto, o processo de estágio supervisionado possibilitou ratificar os princípios e preceitos da profissão; conhecimentos das normas institucionais dos campos de estágios; o reconhecimento das relações de poder existentes no espaço sócio-ocupacional; identificação das manifestações da questão social e, conseqüentemente, formas de enfrentá-las; enfim, apesar dos desafios vivenciados o estágio contribui para a dimensão formativa, fornecendo horizonte para o exercício profissional. Contudo, o término do estágio supervisionado não

encerra o processo de formação profissional que deve ser permanente ao longo da carreira profissional de assistente social.

De tudo ficaram três coisas:  
a certeza de que estamos sempre começando...  
a certeza de que é preciso continuar...  
a certeza de que seremos  
interrompidos antes de terminar...  
Portanto devemos...  
fazer da interrupção um caminho novo...  
da queda um passo de dança...  
do medo, uma escada...  
do sonho, uma ponte...  
da procura.... um encontro".

Fernando Sabino

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br>. Acesso em 10/06/2013. p.1 a 44.

ABREU, Haroldo Baptista. **As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil**. In: Capacitação em Serviço Social e política social: Módulo 1: Crise contemporânea. Questão social e Serviço Social – Brasília: CEAD, 1999.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação**. Conselho Federal de Serviço Social GT de Educação. Brasília, Junho de 2011.

BAPTISTA, Mirian Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras; Lisboa:CPIHTS, 2000.

BARBOSA, Ana Maria Giusti. O importante papel do estágio no desenvolvimento de competências. IN.: **Revista Agora**. Ano 1, n 1, out. 2004. [www.assistentesocial.com.br](http://www.assistentesocial.com.br) acesso em 20/11/2006. p.1 a 15.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 79, Ano XXV, p. 108 a 131, 2004.

\_\_\_\_\_. Ivanete. **Subsídios ao debate sobre o estágio supervisionado com vistas à regulamentação, pelo CFESS, da supervisão direta**. Palestra proferida no Seminário Nacional de Capacitação das COFIS, em Brasília-DF, abril de 2007. p.1 a 14.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Lei do Estágio**. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 15, de 13 de março de 2002. **Diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social**. Brasília, DF, 2002.

BURIOLLA, Marta A. Feiten. **O Estágio Supervisionado**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

CASTRO, Claudio de Moura. **A prática da pesquisa**. 2ed. São Paulo: Pearson Perntice Hall, 2006.

CEFISS. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

\_\_\_\_\_. **Ética e Práxis Profissional**. 2ed. Revista e Atualizada. Gestão 2002/2005.

\_\_\_\_\_. Hegemonia em projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. **Revista Inscrita**. Brasília, nº X, Ano VII, p. 5 a 10.

\_\_\_\_\_. **Resolução CFISS nº 533**, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.cfiiss.org.br>. Acesso em 10/06/2013.

\_\_\_\_\_. **Sobre e incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**. Brasília, 2010.

CFISS-ABEPSS. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: GUERRA, Yolanda. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais** - Brasília: CFISS-ABEPSS, 2009. p. 701 a 717.

\_\_\_\_\_. Estudos socioeconômicos. In: MIOTO, Regina Célia. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais** - Brasília: CFISS-ABEPSS, 2009. p. 481 a 496.

\_\_\_\_\_. Formulação de projeto de trabalho profissional. In: COUTO, Berenice Rojas. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais** - Brasília: CFISS-ABEPSS, 2009.

\_\_\_\_\_. Introdução ao método da teoria social. In: NETTO, José Paulo. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais** - Brasília: CFISS-ABEPSS, 2009. p. 667 a 700.

\_\_\_\_\_. Monografia final. IN: ALCOFORADO, Mirtes Guedes. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais** - Brasília: CFESS-ABEPSS, 2009. p.741 a 759.

\_\_\_\_\_. O trabalho do assistente social nas instâncias públicas de controle democrático. In: BRAVO, Maria Inês Souza. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais** - Brasília: CFESS-ABEPSS, 2009.

\_\_\_\_\_. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. In: MIOTO, Regina Célia. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais** - Brasília: CFESS-ABEPSS, 2009. p. 497 a 512.

\_\_\_\_\_. Serviço Social na cena contemporânea. In: Iamamoto. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais** - Brasília: CFESS-ABEPSS, 2009.

\_\_\_\_\_. Supervisão em Serviço Social. In: GUERRA, Yolanda e BRAGA, Maria Elisa. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais** - Brasília: CFESS-ABEPSS, 2009. p.531 a 552.

CHAUI, Marilena. A Universidade em ruínas. In: Trindade, Hégio (org.). **Universidade em Ruínas na República dos Professores**. Petrópolis: Vozes, 1999.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. **Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios**. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, abr.-jun. 2010. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em: 15/08/2013.

CRESS. **Orientação profissional: informações básicas para o Assistente social**. 2 ed – revista ampliada. Rio de Janeiro: CRESS, 2008.

\_\_\_\_\_. Notas sobre o projeto ético-político do Serviço Social. In: REIS, Marcelo Braz Moraes. **CRESS 7a. Região**. Assistente social: ética e direitos. Rio de Janeiro: CRESS/7ª.

FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda (Org.). Desafios contemporâneos para o processo de Estágio e supervisão em Serviço Social. In: ORTIZ, Fátima Grave. **Serviço Social: temas, textos e contextos**. 4. ed.- Rio de Janeiro: Lumen júris, 2013.

\_\_\_\_\_. Documentação em Serviço Social: Debatendo a concepção Burocrática e Rotineira. In: MARCONSIN, Cleier. **Serviço Social: temas, textos e contextos**. 4. ed.- Rio de Janeiro: Lumen júris, 2013. p.65 a 76.

\_\_\_\_\_. O estágio no processo de formação dos assistentes sociais. In: RIBEIRO, Eleusa Bilemjian. **Serviço Social: temas, textos e contextos**. 4. ed.- Rio de Janeiro: Lumen júris, 2013. p. 79 a 101.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre o ensino da Prática no Serviço Social e os impasses para a consolidação do Projeto ético- político profissional. In: MENEZES, Maria Thereza e LUSTOSA, Maria das Graças. **Serviço Social: temas, textos e contextos**. 4. ed.- Rio de Janeiro: Lumen júris, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A produção teórica brasileira sobre os fundamentos do trabalho do assistente social. In: \_\_\_\_\_. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008. Cap. III, p. 209 a 233.

\_\_\_\_\_. O Serviço Social em tempo de capital fetiche. In: \_\_\_\_\_. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008. Cap. IV, p. 414 a 451.

\_\_\_\_\_. Formação profissional. In: \_\_\_\_\_. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1997. Cap.IV, p. 159 a 208.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sipnose da educação superior 2011**. E-MEC. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br>. Acesso 06/09/2013.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Mariana de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalho científicos** – 7. Ed. – São Paulo: Atlas, 2007.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional.** São Paulo: Cortez, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

NETTO; José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional.** Disponível em: < cpihts.com/PDF03/jose%20paulo%20netto.pdf>. Acessado em: 25/09/2013.

PEREIRA, Danielle Viana Lugo. et.al. **A trajetória do Serviço Social na Bahia: formação acadêmica e desafios no âmbito da primeira universidade pública no Recôncavo.** Disponível em:< <http://www.abepss.org.br>>. Acessado em 02/10/2013.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Mercantilização do ensino superior, educação à distância e Serviço Social.** Universidade Federal de Santa Catarina. Brasil. Revista Katálysis, vol. 12, núm. 2, julio-diciembre, 2009, p. 268-277.

\_\_\_\_\_. **Política educacional brasileira e serviço social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. 378 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social/ Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2007.

PONTES, Reinaldo Nobre. **A categoria mediação na dialética de Marx.** In: capacitação em Serviço Social e política social. Módulo 04: O trabalho do assistente social nas políticas sociais. Brasília, UNB, 2000.

RAICHELIS, Raquel. Os caminhos da publicização. In: \_\_\_\_\_. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social – caminhos da construção democrática.** – 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2000. p. 47 a 76.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação.** 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

RICARDSON, Roberto Jarry. Conhecimento e Método Científico. In:\_\_\_\_\_. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1999. Cap II, p. 21 a 31.

SABINO, Fernando. **Poemas**. Disponível em: <<http://www.rivalcir.com.br/frases/fernandosabino.html>>. Acessado em 06/10/ 2013.

SANTOS, Cláudia Mônica. **Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no serviço social**. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª Ed 3º reimpr. São Paulo: Cortez, 2009.

SOARES, Laura Tavares. O Ajuste No BRASIL: a entrada retardatária. In: \_\_\_\_\_. **Os Custos Sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina**. 2 Ed. São Paulo: Cortez, 2002. Cap. III, p. 35 a 45.

SOARES, Laura Tavares. O que é o ajuste Neoliberal. In: \_\_\_\_\_. **Os Custos Sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina**. 2 Ed. São Paulo: Cortez, 2002. Cap. I, p.11 a 22.

UFRB. **História da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**. Disponível em < <http://www.ufrb.edu.br/portal/a-ufrb/historia>>. Acessado em: 28/09/2013.

UFRB. **Apresentação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**. Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/portal/a-ufrb/apresentacao>>. Acessado em: 28/09/ 2013.

UFRB. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/portal/a-ufrb/ppc>>. Acessado em: 28/09/ 2013.

UFRB. **Resolução de nº 038/2011-** Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de estágio obrigatório e não obrigatório dos cursos de Graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/conac/resolucoes-conac/category/5-2011>>. Acessado em: 28/09/ 2013.

ZANELLI, j. c., silva, n. & SOARES, d. h. **orientação para aposentadoria nas organizações de trabalho**: construção de projetos para o pós-carreira. Porto alegre: Artmed, (2010).